



Anais da Assembléia

N.º 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 160.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) São 14 horas e 35 minutos; na observância do art. 20 do Regimento Interno, a Mesa da Assembléia composta de um (01) Presidente e dois (02) Secretários, compete à direção dos trabalhos.

A Presidência solicita, se estiverem presentes no plenário, qualquer dos Srs. quatro Secretários, que por favor tomem seus lugares à Mesa, para o início da sessão.

Sem a presença dos quais a Presidência não abrirá a sessão.

(Faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita a qualquer dos Srs. Deputados, a liberalidade de, se pretender sentar-se no local do Sr. 2o. Secretário, a fim de que se possa abrir os trabalhos. (Pausa).

A Presidência agradece ao Sr. Paulo Camargo e se dispõe a completar a Mesa, no que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enéas Faria. Em seguida concederei aos outros.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, como preliminar, devo, confessando que procurarei imediatamente, porque a minha audição sofre de qualquer pane, por isso não pude apreender bem, a leitura feita pelo eminente Sr. Deputado Paulo Camargo.

Devo, para poder posicionar-me, Sr. Presidente, e votar a

ata, devo colher da Mesa, algumas informações, com relação a sessão de sexta-feira.

Informa-me o eminente Deputado, Vice-Presidente da Casa, e que presidiu a sessão de sexta-feira, que por razões de ordem regimental, não sendo atendidos dispositivos constantes do Regimento, encerrou a sessão.

E que mais tarde teria havido qualquer manifestação aqui na Casa.

A ata que acaba de ser lida é a da sessão presidida e encerrada pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, ou se trata de outra sessão?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência responde a questão de ordem de V. Exa.

Considerando que na Ata No. 159, a sessão realizada a 26 do corrente mês, a Presidência consultada antes da abertura dos trabalhos da presente sessão, sobre se validaria esta ou a ata da sessão presidida pelo eminente Sr. Deputado 2o. Vice-Presidente, Ernesto Gnoato, a Presidência constatando que, na ata que acabou de ser lida, nesta sessão, consta o histórico do ocorrido na sessão de sexta-feira e consta porque o eminente Deputado Benedito Lúcio Machado, em questão de ordem, fez alusão ao ocorrido, considerou a Presidência que esta ata é a que traduz mais felizmente ao realmente ocorreu na sessão de sexta-feira.

Por esta razão, resolveu a Presidência validá-la e lida colocá-la em discussão.

Todavia, regimentalmente, abrigará a Presidência nesta sessão, toda e qualquer alteração que se deseje processar através de solicitações em questões de ordem, pelos Srs. Deputados. O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, se me permite, Sr. Presidente.

Como todos que aqui têm assento; e mais do que todos, V. Exa. por ocupar a Presidência da Casa, deve e devemos, antes de tudo zelar pelo pudor, pelo decoro, pela compostura que deve nortear os trabalhos desse Legislativo.

Um fato dos mais graves, Sr. Presidente, está inserido na ata que acaba de ser lida. Não parece, Sr. Presidente, que se deva dar acolhida a este tipo de acontecimento.

Porque entre outros fatos — e aqui para não alargar as considerações —, entre outros fatos, há um que colocaria a Casa de sobressalto; há um que colocaria os Srs. Deputados em posição difícil.

Regimentalmente a sessão tem uma hora prazada para ter início; se nesta hora não ocorre a sua abertura, ou se aberta é encerrada, não pode a qualquer outra hora, Sr. Presidente, às 3 horas, ou às 10 e 20, ser instalada uma nova sessão.

Porque se colocaria em sobressalto, porque se colocaria em intranquilidade os Deputados e o próprio trabalho que deve nortear a Mesa e esta Assembléia.

É esta a consideração que tinha a fazer, com a ressalva de que não participei da sessão de sexta-feira, atendendo a compromisso oficial desta Assembléia, em missão oficial desta Assembléia externa e em outro local pela cidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, deseja também fazer o seguinte registro.

A Presidência respeita a atitude adotada pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, quando na Presidência dos trabalhos. Ela tem respaldo no artigo 20 do Regimento Interno. Todavia, faltou ao eminente Deputado na Presidência

dos trabalhos, tão somente o cuidado de haver convocado qualquer dos Srs. Deputados que pretendesse ocupar os cargos de 1.º e 2.º Secretário; talvez este detalhe pudesse ter pesado na decisão dessa Presidência em validar esta ata que abrigará naturalmente as considerações feitas pelo Sr. Deputado Enéas Faria, em questão de ordem.

Pela ordem, eu pediria ao Sr. Deputado Gabriel Manoel que aguardasse, porquanto o eminente Deputado Gilberto Carvalho já havia anteriormente solicitado a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, dadas as condições em que foi realizada a sessão de sexta-feira e havendo sido suspensa a sessão pelo 2.º vice-Presidente, Deputado Ernesto Gnoato, suspensa pela falta de membros da Executiva, solicito de V. Exa. que sejam declinados os nomes dos Srs. Deputados presentes à sessão.

Porquanto, quando a mesma foi suspensa, ausentei-me do plenário.

Portanto, não sei quais os Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende a questão de ordem de V. Exa. e solicita ao Sr. 2.º Secretário leia o nome dos Srs. Deputados presentes àquela sessão. Ou melhor, que se proceda a leitura dos nomes dos Srs. Deputados presentes à sessão presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato e também os nomes dos Srs. Deputados presentes à sessão presidida pelo Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê os nomes dos Srs. Deputados presentes nas duas sessões e também os Srs. Deputados presentes após a chamada solicitada pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

À sessão presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, compareceram 31 Srs. Deputados; à sessão presidida pelo Sr. Deputado Jurandir Messias, compareceram 21 Srs. Deputados; à chamada solicitada pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, responderam 13 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o Sr. Deputado Gilberto Carvalho se satisfaz a leitura que acaba de ser feita pelo Sr. 2.º Secretário?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, V. Exa. deve ter verificado a presença de 31 Srs. Deputados.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foi constatada a presença de 13 Srs. Deputados.

Consulto a Presidência se os 31 Srs. Deputados presentes no início da sessão, vão receber presença, ou apenas os 13 Srs. Deputados que responderam a chamada solicitada pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Considerando que a Ordem do Dia não foi objeto de deliberação, nos termos do Regimento Interno, tendo havido transferência da Ordem do Dia para a sessão seguinte.

E, por conseguinte, não havendo quorum regimental para deliberação, essa falta está catalogada na categoria de faltas não abonadas.

Deferir-se-á, portanto, a presença dos Srs. Deputados que responderam a chamada tão somente 13 Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem. Justifico esta minha questão de ordem: o Presidente em exercício, Deputado Ernesto Gnoato, houve por bem dar por encerrada a sessão.

Retirei-me após isso e não ouvi quando foi feita a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Da leitura das atas que espelham o ocorrido na sessão de sexta-feira, verificou que a sessão primeira, presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, não foi encerrada por falta de quorum, foi enerrada por inobservância ao artigo 22, do Regimento Interno.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para esclarecer o nobre Deputado Fidelcino Tolentino sobre a sessão por mim presidida.

Eu queria solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, a ata da sessão anterior para que hora foi marcada a sessão posterior de sexta-feira.

Porque, Sr. Presidente, com o devido acatamento e com o devido respeito que tenho pelos Srs. Deputados e com o devido respeito que tenho pela Comissão Executiva, fomos àquela tribuna, àquela Mesa, onde V. Exa. é o titular.

Tentamos acalmar os ânimos, como tentou também o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que não foi observado pelo ilustre Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o devido respeito já que hoje ele é um dos assíduos frequentadores do Palácio do Governo, queria dizer a V. Exa. para que me diga, Sr. Presidente, com seu art. 73: "As sessões ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão, no máximo 4 horas, com o devido respeito a não ser que a Comissão Executiva, por intermédio de seu Presidente, marque uma sessão para outro horário".

Esta sessão de sexta-feira, para responder um pedido do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, o mais novo governista de nossa equipe.

Então eu quero pedir a V. Exa. que, por gentileza, mandasse ler a ata de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, inicialmente, leva a conhecimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel da Resolução No. 21/68.

E o Presidente modestamente informa que esta resolução tem como autor a pessoa do Presidente.

Acresce ao Art. 73 do Regimento Interno, o parágrafo que especifica: "A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná provou e eu promulgo a seguinte resolução: Art. 1.º, o Artigo 73 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte parágrafo:

O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Com observância ao ditame regimental modificado o Art. 73, pela Resolução 21/68, na sessão de quarta-feira da semana finda, às dez horas da manhã.

E ao encerrar a sessão de quinta-feira, a Presidência anunciou sessão para sexta-feira, às dez horas da manhã, com a Ordem do Dia já anunciada na sessão anterior de 5a. feira.

E consta da ata, perfeitamente validada, aprovada na 4a. feira e na de 5a. feira também.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para complementar, mais uma questão de ordem.

Eu só queria esclarecer porque maldosamente o ilustre Deputado nos dá a pecha de querer presidir a sessão, mas ele esquece que também um companheiro dele, da ilustre bancada do MDB, esteve nessa mesma cadeira, procurando também presidir os trabalhos.

É só isto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, desejava de público agradecer ao Sr. Deputado Gabriel Manoel e Nilso Sguarezi, que, na ausência do Presidente, e do Vice-Presidente, procuraram e é conferido regimentalmente a qualquer dos Srs. Deputados, à hora regimental, assumir a Presidência dos trabalhos, até que aqui se encontre qualquer membro da Mesa para presidir os trabalhos.

A Mesa faz questão de agradecer a preocupação dos dois eminentes Deputados.

Com a palavra em questão de ordem o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu quero indagar da Mesa se, no mesmo dia é possível se fazer mais de uma sessão?

O SR. DENI SCHWARTZ — É inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Constituição proíbe tal procedimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pergunto a V. Exa., se é possível presidir alguma sessão sem a necessária indumentária exigida pelo Regimento Interno, isto é, sem gravata?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Presidente primeiro, confessa e as próprias atas dão-lhe falta na sessão de sexta-feira. Não estava presente para constatar se qualquer dos eminentes Deputados estavam regimentalmente convenientemente trajados para assistirem ou presidirem a sessão.

Todavia, a Presidência . . .

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A Presidência, data vênua, pode inclusive interpelar os Srs. Deputados, para indagar se houve mais de uma, quem as presidiu, se algum dos Presidentes estava ou não, sem gravata.

Eu faço esta indagação, para que o Regimento não seja violentado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) À luz das atas que me foram postas à mesa, não consta que o Sr. Deputado Gabriel Manoel ou, que outro Sr. Deputado . . .

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu não disse quem, Sr. Presidente. Então V. Exa. tem conhecimento?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) . . . ou que qualquer outro Deputado tenha presidido qualquer outra sessão.

O que a Presidência tem, como informação, é de que, o Sr. Deputado fez uma tentativa para que houvesse a sessão que fora anteriormente aberta e encerrada pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, parece-me que o episódio lamentável da última sexta-feira, esteja tendo prolongamento, nesta sessão. Mas não consta da ata, Sr. Presidente, realmente, os responsáveis pelo episódio lamentável, de sexta-feira. Toda a culpa, Sr. Presidente, com exclusão da pessoa de V. Exa. que, se sabe, estava acamado, pertence à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que se omitiu, Sr. Presidente, de compor esta Mesa, de preencher estas três cadeiras, razão porque, um dos Vice-Presidentes não conseguiu levar a sessão em andamento. Este detalhe é que deve ser consignado na ata — de que, os responsáveis pela condução da sessão, omitiram-se, e é só verificar, da leitura, de que, estavam presentes na Casa, todos os demais componentes da Mesa.

Requeiro então, em questão de ordem, que seja consignado este meu protesto contra os membros da Comissão Executiva, que eram os encarregados, que são, regimentalmente, os encarregados de levar a sessão, e cumprir com o Regimento Interno da Casa.

O que não se pode esperar, é que os Srs. Deputados fiquem, permanentemente, na fiscalização disto. Porque ultimamente está havendo uma omissão dos membros componentes da Mesa da Assembléia Legislativa, para comporem a Mesa. Frequentemente — e V. Exa. pode verificar, como do fato agora, de o Deputado Paulo Camargo estar ocupando a 2.ª Secretaria — isto acontece, quando de fato e de direito, e de obrigação até moral, deve ser ocupada por aqueles que disputaram os cargos, por aqueles que fizeram de tudo para serem os responsáveis pela condução dos trabalhos desta Assembléia.

Não é possível que nós, Deputados, fiquemos aqui a clamar para que esses cargos sejam ocupados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de solicitar do Plenário, a compreensão, pretende, a Presidência, suspender os trabalhos por 5 minutos, e solicitar que, democraticamente, o Sr. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Trajano Bastos, e o Sr. Vice-Líder da Arena, respondendo pela Liderança, Deputado Gilberto Carvalho, reunam-se com a Presidência para discussão de pequenos detalhes sobre o episódio.

Todavia, a Presidência adianta aos Srs. Deputados, que, a ata que foi lida pelo Sr. Deputado Paulo Camargo, estaria todos os acontecimentos, e, se houver medida administrativa para resolver o impasse das presenças dos Srs. Deputados, esta medida poderá ser tomada administrativamente, pela Mesa.

A Presidência faz questão de ler tão somente este tópico da ata, que me parece, está traduzindo fielmente o que ocorreu. (Lê):

“Aprovada sem observações a ata da sessão anterior.

Pela ordem, o Sr. Deputado Lúcio Machado indaga à Mesa, a quem caberá a responsabilidade pela abertura da presente sessão, às 10,00 horas, quando regimentalmente foi marcada para as 10,00 horas.

A Presidência, respondendo a presente questão de ordem, esclarece que, por ocasião da abertura dos trabalhos, à hora regimental, encontrava-se na Casa. Portanto, de fato e de direito, seria ele o primeiro que deveria assumir os trabalhos da Casa.

“No entanto, o Sr. 2.º Vice-Presidente, não observando sua presença, assumiu os trabalhos. Não conseguiu, porém, constituir a Mesa, tomou uma decisão de não abrir a sessão, tendo, em seguida, esta Presidência, reaberto os trabalhos, e assumido toda e qualquer responsabilidade.

“Pela ordem, o Sr. Presidente Gabriel Manoel afirma que a presente sessão deverá ter continuidade, a fim de que este Poder, liderado pela Mesa, continue a merecer a confiança dos Srs. Deputados e não venha a ter seus trabalhos tumultuados.

“Pela ordem, o Sr. Deputado Lúcio Machado, disse que, em virtude do ocorrido, a presente sessão está revestida de ilegalidade. A Presidência adverte ao Plenário que, nas questões de ordem, os Srs. Deputados deverão citar os artigos do Regimento Interno que lhes dão tal prerrogativa.

“Pela ordem, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, citando o artigo 151, do Regimento Interno, condena a atitude do Sr. Deputado Lúcio Machado que, no seu entendimento, está procurando denegrir a Comissão Executiva.

“Pela ordem, o Sr. Deputado Deni Schwartz, citando o artigo 73 do Regimento Interno, indaga da Mesa quando esta sessão foi convocada e a que horas. A Presidência esclarece que a sessão foi indevidamente aberta à hora regimental, encerrada também indevidamente.

“Pela ordem, o Sr. Deputado Lúcio Machado — eis que a ata da sessão anterior não foi aprovada na sessão de hoje. A Presidência esclarece ao Sr. Deputado Lúcio Machado, que a ata da sessão anterior foi lida, colocada em discussão, não tendo havido discussão, aprovada. Pela ordem, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi requer a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar o quorum.

“Realizada a mesma, responderam-na 13 Srs. Deputados, aqui consta da ata”.

O SR. PRESIDENTE — O que a Presidência quer significar, portanto, que a ata da presente sessão, abrigando-se as questões de ordem levantadas aqui, pelos eminentes Srs. Deputados Enéas Faria, Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Nilso Sguarezi, e Fidelcino Tolentino, poderão ser objeto de interpretação a nível de Comissão Executiva, tão somente no que tange ao ditame regimental que alinha as faltas abonáveis dos Srs. Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, para, em seguida, concedê-la ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, com a finalidade de não se deixar passar despercebido atos que julgo de relevante importância, a bem do próprio nome do Poder, solicito de V. Exa. que faça observar na presente ata, a ata que corresponde aos trabalhos de sexta-feira passada, que este Deputado em questão de ordem, após informar à Presidência que regi-

mentalmente a sessão foi aberta sem nenhum amparo, requereu à Mesa, a gravação da questão de ordem levantada e este requerimento foi deferido, de imediato, pelo Presidente que, na oportunidade, dirigia os trabalhos da Casa.

Verificado agora, nos tópicos de relevante importância, como disse V. Exa. e que, gentilmente, foi lido por V. Exa., para conhecimento da Casa, notamos que não houve a apoteose desse requerimento, e muito menos, do indeferimento emitido pelo Presidente, naquela oportunidade.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não vê razão para privar V. Exa. da gravação pedida, digo, da gravação pretendida e solicitada, do serviço competente da Casa, que lhe faça chegar às mãos, a gravação solicitada, a fita magnética, contendo a gravação. E, as notas taquigráficas, V. Exa., de expoente própria, poderá receber o xerox da Divisão de Taquigrafia.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, com as desculpas da Presidência pela demora em concedê-lo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente. Sou testemunha dos fatos ocorridos na última sexta-feira e, a bem da verdade, eu gostaria de esclarecer alguns pontos que não estão bem claros.

Em primeiro lugar, o Deputado Ernesto Gnoato, 2o. Vice-Presidente, às 10,00 horas, regimentalmente, assumiu a Presidência; convocou Deputados para secretariar a reunião, tendo o Deputado Gulin assumido a 1.a Secretaria e nenhum outro Deputado tendo assumido a 2.a Secretaria. A bem da verdade, diga-se que o Sr. 2o. Vice-Presidente, convocou Deputados para ocuparem a Mesa.

Em segundo lugar, encontrava-se dentro do Plenário, o 1o. Vice-Presidente, Deputado Jurandir Messias, que estava conversando com os Deputados, constando, inclusive na abertura da ata presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, a sua presença.

Sr. Presidente, a própria confirma que foi e, diz e afirma que foi, indevidamente, aberta a primeira sessão. E eu pergunto: E, a 2.a sessão e por isso, em questão de ordem que fiz na oportunidade, eu pergunto: Não foi indevidamente aberta a segunda, às 10,20 horas?

E se amanhã a Mesa resolver convocar uma reunião para as 10,00 horas e aqui só comparecer ao meio dia, os Srs. Deputados ficarão esperando?

É o caso do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que saiu da sessão. E me parece, que isto é completamente indevido iniciar a sessão após a hora em que foi marcada. E eu, em questão de ordem, para que ficasse gravado, solicitei, na oportunidade, baseado no art. 73, e na Resolução 21, para que se lesse a hora marcada para essa sessão. Ela só iniciou, a segunda reunião, iniciou às 10,20 horas. Portanto, essa sim, indevidamente.

E, em quarto lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer em nome dos Deputados que se retiraram do Plenário: que nós saímos para não referendarmos e não permitirmos maior desmoralização desta Casa, porque a nossa presença, a nossa votação, na matéria da Ordem do Dia, poderia trazer um problema muito maior para esta Casa, pois qualquer um poderia, na Justiça, inquirir aquela sessão de ilegal. E nós saímos para isso, Sr. Presidente; ficamos ao lado, a maioria dos Srs. Deputados que estava aqui, da Arena e do MDB, não foi problema partidário, para não darmos validade, legalidade, entre aspas, àquela sessão.

Foi isto, Sr. Presidente, que ocorreu na última sexta-feira. Procuramos salvaguardar a responsabilidade e a honorabilidade desta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, imediatamente, deferirá a V. Exa. a palavra, em questão de or-

dem. E, tão somente, a Presidência, de público, deve parabenizar-se com os Srs. Deputados, considerando, principalmente, que não houve votação de matéria na Ordem do Dia. Se tivéssemos deliberado na sessão de 6.a feira, realmente estaríamos todos nós, a Casa, diante de um problema muito mais sério. Considerando, todavia, que não houve matéria votada, não há problema insuperável. Haveria, se realmente nós tivéssemos votado matéria. Não tendo havido votação e aprovação de nenhuma matéria, não há portanto nenhum problema de ordem legal que impeça o bom senso de toda a Casa de superar o inconveniente de sexta-feira.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Realmente, era minha intenção nesse ponto de vista e para subsidiar a Presidência, e eu quero, com base nesse mesmo princípio, nesse mesmo entendimento, pedir à Presidência e à Comissão Executiva que dirige este Poder, que declare a nulidade do que se fez depois de ser encerrada pelo Sr. 2o. Vice-Presidente, Deputado Ernesto Gnoato. A partir daquele momento, tudo o que se fez aí, desta Mesa, foi nulo e de pleno direito eu requeiro que se declare isto, como competente que é a Mesa desta Assembléia Legislativa.

Eu faço este apelo e requeiro à Presidência, pelo bom senso, pela ponderação e pelo discernimento que tem, porque não fôra isso, não haveria necessidade de se estar ferindo novamente o Regimento Interno desta Casa. Porque já faz mais de meia hora, já fazem 45 minutos que estamos discutindo, violentando outra vez, a Resolução no. 09/67. Eu faço este apelo à Presidência e que se dê prosseguimento à sessão para buscarmos objetivos que este Poder tem constitucionalmente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita só ao Deputado, Vice-Presidente, que aguarde um instante, para a Presidência se aperceber do cumprimento do Regimento Interno.

A Presidência considera, que todas as questões de ordem levantadas pelos Srs. Deputados, poderão pela Presidência, serem enquadradas no art. 80 do Regimento Interno, como se fôra discussão da ata. Por isso, a Presidência defere a qualquer Deputado o direito de usar da palavra, uma vez, durante dez minutos, para retificá-la, se for o caso.

Mas a Presidência dispõe também de outra faculdade regimental. Está sobre a Mesa, embora não tenha sido lida e depois anunciada já pelo Deputado Paulo Camargo, a presença de quantos Srs. Deputados, na sessão presidida inicialmente pelo eminente Deputado 2o. Vice-Presidente. A Presidência já fez menção ao fato de que não tendo sido votada matéria, não há portanto nenhuma razão para que se radicalizem posições em torno do episódio, que pode ser considerado pela Mesa, como fruto realmente de um desentendimento eventual.

A Presidência verifica que a única questão regimental ainda em dúvida está posta na razão do deferimento de presenças de Srs. Deputados.

Inicialmente, faz questão de lembrar, que 31 Srs. Deputados estiveram presentes à sessão presidida pelo eminente Sr. Deputado 2o. Vice-Presidente, Ernesto Gnoato.

E que 31 Srs. Deputados estavam presentes na abertura da sessão, presidida pelo eminente Sr. Deputado, 1o. Vice-Presidente, Jurandir Messias. E que, todavia, 13 Srs. Deputados responderam a chamada, quando solicitada a verificação de quorum regimental.

Não vê a Presidência, outro caminho a ser trilhado, senão deferir a presença aos 31 Srs. Deputados que estiveram presentes à primeira sessão aberta pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

E no início da sessão também conferem os nomes dos Srs.

Deputados que assistiram a uma e a outra sessão. Assim, estará superado o impasse da ordem freqüência dos Srs. Deputados.

Quer me parecer que, esta será uma medida de justiça que a Mesa poderá adotar.

A Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enéas Faria. Todavia, a Presidência faz questão, para que não passemos a tarde discutindo este assunto, de solicitar dos Srs. Deputados, a observância do que dispõe o Art. 80 - 81 e seus parágrafos. Notadamente, o que dispõe o Art. 81.

A Presidência se desculpa e solicita ao Sr. Deputado Enéas Faria, que por favor, aguarde a questão de ordem, que a Presidência concederá a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, que realmente, havia solicitado a palavra anteriormente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente.

Realmente, por ocasião da sessão desta Casa, sexta-feira, este Vice-Presidente se encontrava presente no Plenário.

E queríamos, Sr. Presidente, nesta oportunidade, deixar bem claro que se tomamos aquela posição, aquela decisão, foi porque os próprios Deputados, que se diga, a bem da verdade, jamais em número de 31 como consta da Ata. Aproximadamente 20 Srs. Deputados, no máximo, se encontravam no Plenário. E por insistência, Sr. Presidente...

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência ouve; a Presidência teve toda boa vontade para decidir a questão. Regimentalmente, a Presidência coloca a decisão a nível de Plenário.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Estou com a palavra, Sr. Presidente.

É que fui obrigado a parar porque V.Exa. desviou sua atenção para um funcionário da Casa.

V. Exa. ou presta atenção no que este Deputado está falando, ou eu paro de falar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao Sr. Deputado Jurandir Messias, 1o. Vice-Presidente desta augusta Casa de Leis, que mesmo lhe faltou com o respeito.

Está a Presidência atenta ao que V. Exa. está dizendo. Continua com a palavra, o Sr. Deputado Jurandir Messias, para falar numa Questão de Ordem.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, continuando. Realmente, estávamos no Plenário, se encontravam 20 Srs. Deputados e não 31, como consta da Ata.

Quando o 2o. Vice-Presidente, Deputado Ernesto Gnoato que não conseguiu compor a Mesa Executiva, chamou este Deputado para que assumisse a Presidência, por uma questão de ética, Sr. Presidente, não assumi naquele instante, a Presidência da Casa.

O Sr. 2o. Secretário, não conseguiu constituir a Mesa. Em ato consumado, suspendeu a sessão. Para mim, aro consumado. Em seguida, os Srs. Deputados vieram até este primeiro Vice-Presidente, pelo menos, 18 daqueles 20 Srs. Deputados que estavam presentes, para que eu assumisse a Presidência e continuasse os trabalhos.

Dizia eu, Sr. Presidente, que não poderia porque, o Sr. 2o. Vice-Presidente, em exercício naquele momento, na Presidência, havia encerrado os trabalhos. Continuaram insistindo, Sr. Presidente. Fizemos uma reunião aqui no Plenário e eu dizia a eles: desde que, não criasse problemas, que eu continuasse os trabalhos normalmente, este 1o. Vice-Presidente assumiria os trabalhos da Casa.

Todos os Srs. Deputados concordaram. Assumi, reabri os trabalhos. Para minha surpresa, Sr. Presidente, deu-se ao contrário; aqueles Deputados que me pediam para reabrir os trabalhos, foram os primeiros a sentarem nas galerias de honra desta Casa e não respondendo a chamada nominal, requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, conseqüentemente verificou-se a presença de 13 Srs. Deputados. Aí então, este 1o. Vice-Presidente, deu por encerrados os trabalhos, porque não tínhamos quorum nem para a discussão e nem para a votação.

Foi realmente o que aconteceu. E o que faltou, foi para mim, um pouco de coerência daqueles Deputados que vieram pedir que eu assumisse os trabalhos; que continuasse normalmente a sessão. E não assim o fazendo, conseqüentemente, não deu número regimental para os trabalhos normais. Então foi isso que se deu o episódio e suspendemos a sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência já tem uma solução para todas as questões aqui levantadas. Todavia, a Presidência deseja ser a mais democrática na decisão a ser adotada.

A Presidência reconhece validade ao procedimento do Sr. Deputado, 2o. Vice-Presidente Ernesto Gnoato; agiu no cumprimento do artigo 80 do Regimento Interno.

Todavia, a Presidência respeita a sessão realizada sob a Presidência do eminente Sr. Deputado Jurandir Messias, 1o. Vice-Presidente.

A Presidência só vê um caminho, para de vez resolver o impasse criado. Vai submeter à decisão do Plenário da seguinte forma: colocará em votação inicialmente a ata da sessão presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, que à hora regimental, registrou a presença de 31 Srs. Deputados. E que por falta de complementação da Mesa, deixou de abrir os trabalhos.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata da sessão presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato, permaneçam como estão.

Aprovada a ata da sessão presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

Entende a Presidência, que não havendo pedido de verificação de votação, fica portanto, prejudicada a outra ata que foi objeto de discussão nesta sessão.

— APROVADA a ata presidida pelo Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 97/77

Curitiba, 22 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO TOMÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 98/77

Curitiba, 22 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 1o. de julho de 1977, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de GUAPIRAMA, ao convênio de 04 de junho de 1974, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

MENSAGEM 99/77

Curitiba, 22 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 02 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de LOBATO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o no. 132/77, do Sr. Governador do Estado, no qual acusa o recebimento do ofício no. 68/77 desta Presidência, através do qual V. Exa. comunica a promulgação do Projeto de Lei no. 29/77. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 131/77, do Sr. Governador do Estado, no qual formula agradecimentos pelo pronto atendimento desta augusta Casa de Leis ao pedido de autorização para seu afastamento do País a fim de viajar ao Paraguai nos dias 13 a 17 do corrente mês. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 714/77 do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Léonidas Hey de Oliveira, encaminhando a esta Casa, dando cumprimento ao disposto no art. 37, § 2o. e art. 47, inciso XV da Emenda Constitucional no. 3, do Estado, o Parecer Prévio emitido sobre as contas Governo do Estado, relativos ao exercício financeiro de 1976, bem como o relatório das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, no mesmo período, com o seu movimento orçamentário e financeiro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 249/77 do Sr. Antônio Francisco Gabardo, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando que aquela Casa concedeu apoio unânime à Proposição 05/05/77, de autoria da Câmara Municipal de Cambira - Pr., no sentido de encarecer aos nobres Srs. Deputados intercederem junto aos altos mandatários da União e do Estado, no sentido de que se coloque em caráter prioritário e urgente, a duplicação da rodovia que liga Londrina a Maringá, face ao intenso tráfego que suporta diariamente. — **Ao conhecimento da Casa.**

(Durante a leitura do Expediente)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, V. Exa. tomou as medidas mais acertadas na votação desta ata que acaba de ser lida. Mas, nestas circunstâncias, a fim de validar os trabalhos realizados e a ata referente à sessão de quinta-feira que, nesta altura, deixou de ser aprovada, eu requeiro à Mesa que seja submetido a Plenário a ata de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) V. Exa. tem toda a razão, de levantar a presente Questão de Ordem.

Considerando-se que a referida ata foi lida na sessão de sexta-feira, a Presidência a coloca em discussão. — Encerrada a discussão. Em votação. — **APROVADO.**

O SR. 1o. SECRETÁRIO — (Continua a leitura do Expediente) REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor ADRIANO CORREIA, ocorrido dia 26 de agosto de 1977, na cidade de

Apucarana.

Adriano Correia era Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, Advogado e Vice-Prefeito, pelo que o seu passamento causou enorme consternação à população daquela importante cidade.

Faleceu aos 63 anos de idade, deixando viúva Dona Balbina Correia e um filho, Antônio Adriano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. GERTRUDES FIORI ROLIM, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor ao Sr. Delegado Arlindo Godoy, pela brilhante atuação como Delegado de Polícia, durante meio século.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo intitulado "Deixou a Polícia", na edição do dia 29 de agosto de 1977, do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões em 29 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido ontem nesta Capital, da Sra. DELMIRA DE JESUS SANTOS, viúva do Senhor Antônio dos Santos, dos quais é filho o ex-Deputado Estadual e professor Antônio dos Santos Filho.

Pede-se outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Dr. Antônio dos Santos Filho, residente em Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), pelo trabalho que vem desenvolvendo no combate à poluição.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Dr. NOEL LOBO GUIMARÃES, Secretário de Estado do Interior do Paraná nesta Capital, e ao Dr. PAULO NOGUEIRA NETTO, Secretário Especial do Meio Ambiente em Brasília Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA ;

As ações referentes ao meio ambiente são realizadas pela Secretaria Especial de Meio Ambiente, que em 1976 marcou sua presença de forma efetiva nas áreas de controle da Poluição e de Ecossistemas, tendo aplicado recursos no valor de Cr\$ 22 milhões. O Programa Especial de Saneamento Ambiental, também relacionado com esse setor, foi executado pelo DNOS, que promoveu durante aquele exercício a implementação de projetos em 44 municípios do País, através de convênios, e em 36 cidades de 17 estados, com execução direta de obras de recuperação de áreas urbanas. Os investimentos nesse sentido totalizaram Cr\$ 135 milhões.

Com realção ao controle da poluição, a SEMA deu andamento às medidas indicadas no Projeto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, mantendo entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, visando ao estabelecimento de uma Comissão com poderes para decidir sobre a questão. Quanto ao controle da poluição nas fontes industriais, assinou termo de acordo com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, com vistas à instalação de equipamentos antipoluentes em fornos de fábricas de cimento na cidade industrial de Contagem, Minas Gerais.

Na área do Nordeste, a SEMA emprestou apoio técnico às atividades de controle da poluição, tendo elaborado um documento intitulado Programa de Controle Ambiental, em convênio com a SUDENE e o CETESB, de São Paulo. De acordo com as indicações desse programa, promoveu o treinamento de 36 técnicos, concluiu o trabalho de levantamento de dados e deu início à elaboração do diagnóstico ambiental do Nordeste.

Ainda no setor de controle da poluição, a SEMA instalou dois grupos de trabalho encarregados de estabelecer os padrões de qualidade de água e os padrões de qualidade do ar. Elaborou os termos de referência do Projeto SINACAM (Sistema Nacional de Controle Ambiental) e concluiu o documento "Diretrizes de Atuação para o Controle da Degradação do Meio Ambiente pela Ocupação Territorial".

A atuação da Secretaria Especial do Meio Ambiente na Área de Ecossistema, foi assinalada com a elaboração e/ou realização dos seguintes trabalhos:

- Projetos de estudo de seleção de áreas a serem preservadas;
- Projetos para instalação das Estações Ecológicas de Anápolis (AM), Uruçui-Una (PI), Maracá (RR), Aiuaba (CE), Aripuanã (MT), Taim e Esmeralda (RS), e Raso da Catarina (BA);
- Levantamento topográfico das áreas das Estações Ecológicas do Taim, Esmeralda e Aiuaba;
- Projeto de "Estudo de Espécies Raras da Biota Brasileira, Continental e Marinha"
- Levantamento, estudo e atualização dos dados existentes sobre espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Os recursos orçamentários a serem investidos pela SEMA em 1977, estão estimados em Cr\$ 13,6 milhões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Conselho Monetário Nacional e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, no sentido de que se abrevie a autorização e instalação da Agência da Caixa Econômica Federal, na cidade de Jandaia do Sul. Requer outrossim, que seja remetido cópia do presente requerimento ao Deputado Federal Norton Macedo.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A "Gazeta do Povo" concluiu, na data de hoje, a série de reportagens intitulada "PARANÁ, 30 ANOS DA HISTÓRIA POLÍTICA", na qual, ao longo de várias edições, enfocou a vida política paranaense, durante as últimas três décadas.

O trabalho — de relevante envergadura histórica — é de molde a elevar e a dignificar a nossa imprensa, tanto pela escolha do tema que, certamente, ao lado de exigir trabalhos de pesquisa, ajuntou valiosos depoimentos, permitindo que esse tempo da vida de nosso Estado se visse rememorado e enriquecido; quanto pela seriedade, imparcialidade e visão com que o assunto foi conduzido e retratado.

A abrangência da questão abordada, se não permitia um aprofundamento do contexto global onde toda a ação se desenvolveu, possibilitou, entretanto, num apreciável esforço de síntese, se obter um quadro real da história política paranaense, onde os acontecimentos vividos foram matizados pelo reencontro com tantos que os escreveram e deles participaram.

A imprensa do Paraná, se vê alteada com esse fato, e, em particular, se engradece o matutino "Gazeta do Povo" por ter aberto suas páginas a essa série de reportagens, ao lado do que, o jornalista responsável pela matéria e seu autor, logrou atingir um dos grandes momentos de atuação que, com certeza, haverá de honrar uma vida profissional.

Esta Casa, onde tantos capítulos de tal reportagem foram vividos, deve manifestar-se, registrando com júbilo a atitude relatada, razão pela qual, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, seja consignado voto de regozijo com o jornal "Gazeta do Povo", pela publicação da reportagem "Paraná, 30 anos da História Política" e, de congratulações com o seu autor, o jornalista Emir Sfair.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor deste expediente, à Direção do mencionado jornal, ao jornalista e ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FÁRIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de regozijo pelo lançamento da Revista "VAMOS VER".

Reunindo expressivos nomes do jornalismo paranaense o novo órgão de divulgação se propõe, fundamentalmente, a apresentar uma visão geral dos fatos nacionais que interessam bem de perto à Região Sul, colaborando, desta forma, para o debate de teses regionais que dizem respeito ao nosso Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Srs. Amadeu Gonçalves Dias Jr. e Edison Helm, editores da Revista "VAMOS VER", cumprimentando-os e a todos os integrantes da publicação, pela oportuna e feliz iniciativa.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Informações dão conta de que verdadeiro atentado à bolsa popular está sendo cometido por empresa que está visitando os proprietários de telefone no sentido de vender a participação dos assinantes na "Lista Telefônica Brasileira". Os vendedores declaram e mostram papéis denunciando que o serviço é realizado em convênio com a TELEPAR. A simples participação do proprietário da assinatura do telefone no Guia, custa quase cinco mil cruzeiros. Para obter a concordância do assinante as "vendedoras" tem usado expedientes ilícitos.

Nestas condições, o Deputado que o presente subscreve,

requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à TELEPAR, solicitando informações amplas de todos os itens e acordos integrantes do convênio referido, que fizeram entre si, a TELEPAR e a empresa que está executando tal serviço.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do nosso Estado, solicitando a atenção especial dessa digna autoridade para o rumoroso caso do assassinato do jornalista Amandio Mathias, ocorrido na cidade de Cianorte, em princípio do mês de agosto em curso.

Nos ocorre que somente a presença de um Delegado Especial, designado pelo Sr. Secretário da Segurança Pública, para apurar devidamente os fatos, e, conseqüentemente, punir o autor ou os autores do crime, é que poderá solucionar mais um bárbaro homicídio, cometido contra a vida de um dedicado profissional de imprensa, cuja deplorável perda enlutou o cenário jornalístico do Paraná.

Por acreditarmos na grandeza de propósitos do titular dessa importante pasta, é que fundamentamos nossa esperança de que o injustiçado crime seja devidamente apurado, dando-se rápido andamento às investigações ora em curso.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 114/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA ;

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, a Fundação do Bem-Estar do Menor de Jacarezinho.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA ;

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

A cópia dos Estatutos da entidade, que anexamos ao presente, estampam as suas finalidades, as quais por si só, dizem da justeza em reconhecê-la de utilidade pública.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 115/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA ;

Art. 1º — O artigo 138 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 7º — Para os efeitos dos incisos II e III deste artigo, será assegurado ao funcionário que houver prestado serviço público anteriormente a 8 de maio de 1967, o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total desse tempo por 35 e imediata divisão por 30 reduzido, para as mulheres, tal fator de cálculo, para 30 e 25, respectivamente.”

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA ;

O projeto de lei apresentado é de indiscutível sentido de

justiça a todo o funcionalismo de nosso Estado, eis que, trata-se de um critério legal plenamente acolhido pelos preceitos constitucionais, que versam sobre essa matéria, contidos nas constituições do Estado e da União.

Anteriormente a 1967, o funcionalismo tinha como perspectiva de aposentadoria o espaço temporal de 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres. Para a grande maioria do funcionalismo a caracterização da condição para aposentadoria voluntária, era quase atingida, quando preceitos constitucionais novos aumentavam tal período em mais cinco anos. Funcionários, por exemplo, que contavam com 25 anos e que dependeriam de apenas mais 5 anos para se aposentarem, teriam, então, que aguardar mais 10 anos em exercício.

Legisladores de vários Estados da Federação, como Minas Gerais e São Paulo, sensíveis a esse problema e buscando justiça para solucioná-lo, aprovaram leis nesse sentido, as quais tiveram execução plenamente tranqüila, sem nenhum óbice ou dificuldade de ordem legal, jurisprudencial ou constitucional.

A medida proposta, tenho certeza, será recebida com simpatia, não só pela classe interessada, mas também pela própria administração, que tem o dever de amparar aqueles que lhe prestam serviços por tão longos períodos de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer. — (Pausa). — Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi. — (Pausa). — Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. — (Pausa). — Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. Tendo delucidado, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos da tribuna nesta oportunidade para justificar um requerimento nosso, solicitando um delegado especial para apurar crime na cidade de Cianorte.

Diz o jornal “Folha de Londrina”:

“Assassino do jornalista está sendo beneficiado por deficiência policial.

Inúmeras falhas constadas no inquérito policial, não permitiram ao juiz Jair Ramos Braga, da Comarca de Cianorte, solicitar a prisão preventiva de Antônio Silveira Neto, o assassino do jornalista Amandio Mathias, morto no início de agosto, naquela cidade. O documento em poder do promotor Orival Stagnol, será remetido novamente à Delegacia de Polícia para que seja concluído de forma correta.

Entre as principais deficiências, o delegado substituto Jorge Saraiva Leite, embora tenha ouvido quase 10 pessoas sobre o crime, não conseguiu fazer com que, pelo menos uma delas confirmasse ser Antônio Silveira Neto o autor dos 6 consecutivos disparos na tarde do dia 4, no Posto Rodovia. A maioria alegou desconhecê-lo, declarando apenas que ele estacionara seu “Ford Corcel” para reabastecê-lo.

Outros, mais cautelosos e com medo de se envolverem, disseram durante os depoimentos que jamais tinham visto o inspetor de Segurança do Montepio dos Ferroviários do Brasil. A polícia de Cianorte está encontrando muitas dificuldades para chegar à conclusão oficial, se Silveira Neto foi mesmo o autor dos disparos. Inclusive, o delegado substituto Jorge Saraiva Leite responsabiliza em parte o proprietário do estabelecimento onde ocorreu o assassinato, pela situação, porque ele tem dificultado a liberação de seus funcionários para prestarem depoimentos.

As investigações sobre o paradeiro do assassino continuam na estaca zero, depois de quase um mês. Existe apenas um agente trabalhando especificamente no caso, muito embora não

tenha levantado até agora apenas uma pista para localização do assassino Antônio Silveira Neto.

O destacamento da Polícia Civil em Cianorte é muito precário. O número de viaturas é tão restrito que não permite sequer pensar em viagens para outras localidades mais distantes caso seja levantado algum indício que permita a localização do matador do jornalista Amandio Mathias.

Assim, demorará muito para Antônio Silveira Neto ser localizado, a não ser que se apresente voluntariamente. O próprio delegado Jorge Saraiva, reconhecendo as deficiências do destacamento, espera que, com a eventual decretação da prisão preventiva, pelo Juiz Jair Ramos Braga, o assassino se apresente acompanhado de advogados. Isto porque, se insistir em permanecer foragido, poderá ser levado a julgamento à revelia, fato que o prejudicará consideravelmente, porque, não possuirá condições de apresentar defesa perante os tribunais."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o jornalista assassinado na cidade de Cianorte, no dia 5 do corrente mês, que foi morto a sangue frio e à queima-roupa quando abastecia seu carro num posto de gasolina, tomou-lhe a vida um assassino frio e calculista, que procurou um local isolado para lá, tirar, de um ser humano de u'a maneira tão brutal e tão violenta, a vida que ele tanto amava.

A polícia de Cianorte que abriu o respectivo inquérito, até a presente data nada fez para responsabilizar aquele que realmente praticou o crime, e o Delegado substituído ainda tem a ousadia de dizer que nada fez, que, chegasse a uma conclusão, porque o proprietário do posto de gasolina não libera os seus funcionários para irem depor na Delegacia.

Que competência tem um proprietário de um posto de gasolina, para reter funcionários, não os deixando ir depor em uma ação criminal? É a falta de vontade de levar à frente o inquérito policial, é a falta de vontade de ver aquele que realmente praticou o violento crime na cidade de Cianorte, responsabilizado pelo ato, mas, que não diga que o proprietário de um posto não libera seus funcionários para virem depor, quando a polícia, quando quer prender alguém, ela o faz das maneiras mais bárbaras e violentas; será que para ouvir, para trazê-los a prestar depoimento em um inquérito que mobilizou toda a opinião pública do Paraná à época do crime e que até agora nada de concreto há dentro da ação criminal, ela não consegue?

Porisso é que hoje requeremos a esta augusta Casa de Leis um envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança deste Estado, para que faça a designação de um Delegado Especial, para acompanhar de perto este processo na cidade de Cianorte; por estas razões que ora justificamos, é que pedimos um Delegado Especial, eis que todos devem ser responsáveis pelos atos que praticam e, a polícia e a justiça não irão lavar as mãos, neste caso que foi um dos crimes mais comentados no Paraná nos últimos tempos. E esta Casa não pode deixar também de dar a sua parcela de contribuição para que justiça seja feita na nossa terra.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos a aprovação do nosso requerimento, dadas as justificativas que aqui apresentamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias. — (Declina).

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Fuad Nacli. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Não foi mais um projeto impacto. Desta vez não se convocou cadeia nacional de televisão, para anunciar mais uma realização governamental. Apenas as trombetas individuais saíram a entoar hinos à liberdade do regime em que vivemos.

"De uma hora para outra Petrônio Portella é o Messias

aguardado que anuncia as boas novas. Em afirmação lapidar, sentenciou o Senador piauiense: "O Presidente liberou o diálogo com a Oposição." "Vamos conversar." "O diálogo é fundamental para a institucionalização do regime." "Tenho a necessária autorização para conversar com a Oposição."

"Se estas afirmações estavam sendo ditas nos últimos 15 dias pelo Presidente do Senado, o Líder do Governo na Câmara Federal ainda estava ligado na última ordem recebida que dizia: "O diálogo é coisa de comunista."

"Chamado a Palácio o velho mineiro recebe nova ordem e, instantaneamente, muda de posição e declara: "Sou favorável também ao diálogo." Enfim, de todos os lados, levantam-se as vozes governistas nesta ladainha: O diálogo é a salvação.

"Para uma análise do que acontece neste fim de agosto é necessário algumas observações, para não cairmos em condenações injustas: primeiro, ao aderir o diálogo, o Sr. Bonifácio, que antes dizia ser coisa de comunista, não tornou-se um deles. Nem mesmo pode ser apontado como um incoerente. Antes de ser chamado a Palácio, cumpriu uma ordem que recebera, qual seja, "o diálogo não permitido."

Incoerência seria para qualquer outro político, mas nunca para o Sr. Bonifácio ou para o Sr. Portella. O Senador, por exemplo, em 01 de abril de 1964, pela manhã, leu manifesto favorável a Jango Goulart, e, à tarde do mesmo dia, tornou-se um dos mais convictos revolucionários.

"Portanto, não se cometa injustiça neste ponto. Tanto Portella como Bonifácio são coerentes, ainda mais que agora os dois, bem afinados, começam a propalar as vantagens do diálogo.

A respeito do diálogo, seria conveniente ler à Casa um trecho do "O Estado de São Paulo", de domingo, do comentarista João Eduardo Villa Lobos, neste tópico: "Fala-se muito em diálogo. Esta palavra, sim, ganhou substância, vida própria, embora originariamente não seja um conceito de objeto, mas designa apenas um método. É adulada como se fosse inefável essência, como se provida de algum Poder mágico. Deixando de lado o que os outros andam a fazer com o diálogo, fiquemos de momento, apenas com os Srs. Portella e Bonifácio. Para o primeiro, o Governo autoriza o diálogo; para o segundo, ninguém está autorizado a falar em diálogo. Isto é, não há e nem haverá tão cedo o diálogo. Natural e imediatamente, todos se perguntam: No que ficamos? Quem fala pelo Poder Militar? O Presidente do Senado ou o chistoso Líder do Governo na Câmara?

Creio que os dois dizem a mesma coisa, e, neste caso não há mistério. Explico-me: Como ensinam os dicionários, a palavra DIÁLOGO provém de "dialogus" que significa conversação entre duas (2) ou mais pessoas, e este é o seu sentido primitivo, mais geral. O termo "dialético" "dialektikoi" "por sua vez é sempre entendido como qualificação, título, aplica-se fundamentalmente àqueles filósofos que procuram descobrir a verdade mediante o método de perguntas e respostas.

Há outros significados derivados da mesma raiz, como, por exemplo, dialogar, isto é, enumeração pormenorizada, de onde, avaliação exata.

Mas, o que importa ressaltar aqui é o diálogo, em sentido filosófico e original, quer dizer, basicamente, a procura da verdade, mediante perguntas e respostas.

Ora, nem o Sr. Portella, nem o Sr. Bonifácio são filósofos, e não me consta que sejam cientistas. Assim sendo, levadas as coisas a rigor, nunca poderiam falar em diálogo. Numa interpretação mais generosa e liberal, entretanto, e já que, em seu significado mais antigo o termo significa apenas "conversar ou conversa entre duas ou mais pessoas, à procura ou não da verdade", supunhamos que os mortais comuns também se empenhem seriamente na procura da verdade, mediante perguntas e respostas. E deixemos, então, os Srs. Portella e Bonifácio aspirarem também, ao sabor, embora mortais muito

comuns. Agora vejamos.

Diz o Presidente do Senado que o governo autoriza "o diálogo" e que ele próprio procura sempre munir-se da "necessária autoridade ao tratar de qualquer assunto". Como não se trata da razão ou da experiência do próprio Sr. Portella, verifiquemos, consternados, que o Presidente do nosso Senado não está em condições de empregar o diálogo no sentido científico e filosófico do termo. Pois o diálogo é incompatível com a submissão a qualquer autoridade civil, militar ou eclesiástica: só existe quando nasce espontaneamente, quando surge em liberdade, na qualidade de método, cujo único compromisso é com a verdade.

Não seria preciso explicar nem ao Sr. Portella que qualquer ciência digna deste nome só pode aparecer quando experiência e razão não se submetem a nenhuma autoridade, a não ser delas próprias.

Não consta dos registros históricos, por exemplo, que Sócrates tenha pedido licença ao governo de Atenas para dialogar com Protágoras. É bem verdade, note-se, que Sócrates se deu mal com o uso livre do diálogo, mas isto são riscos inerentes a este método. Um liberal convicto, o que deseja a sociedade aberta, sabe desses perigos, mas se arrisca conscientemente (riscos que podem levar sua espécie à extinção, como muitos pretendem). Diria mesmo, em síntese, que a essência do liberalismo ético-político é o eterno perigo, e é isto o que lhe confere caráter eminentemente moral.

E conclui o seu comentário, esse jornalista, dizendo:

"Embora seja perigoso para a verdade a demonstração excessiva, termino esta contribuição ao estudo do Sistema com uma prova "dialética", no sentido popularizado por Hegel e Marx. Ao querer o "diálogo", o Sistema estaria acarretando sua própria destruição, — o que ele, aparentemente, não pretende. Assim, emprega-se o termo "diálogo" vinculando-o à autoridade, o que lhe destrói o significado; com isto se frustra a antítese e se assegura a continuidade do mesmo Sistema."

Data vênica, Sr. Presidente, não concordo com todas as afirmações desse eminente jornalista. "Primeiro, porque esqueceu-se de esclarecer alguns tópicos: — Esqueceu de esclarecer que ao autorizar o diálogo, o sistema revelou uma verdade gritante. Existia uma oposição no Brasil que estava proibida de falar, não só com o povo mas até com o governo. Digamos melhor, não só o MDB, estava proibido, disso todos sabem porque o fechamento do rádio e da televisão, foi para impedir que todos ficassem sabendo que o MDB queria falar com o governo. O que nem todos sabiam era que a própria ARENA estava proibida de falar com o MDB. Assim é preciso entender que "os donos da verdade" resolveram estender aos demais brasileiros, os sabores e aromas da verdade. Todos podem dialogar. É a nova ordem do dia. Mas dialogar sobre o que, buscar o que se apenas aos militares cabe decisão. Por isso acho que a verdade ainda está com o Deputado Deni Schwartz, para quem o diálogo não é questão de política, mas de cibernética. "Não adianta falar com os robôs que estão programados para repetição. Temos que falar com os programadores dos robôs."

Aliás, na última reunião dos Presidentes Regionais do MDB, decidiu-se que o Governo realmente quer dialogar com o MDB, que o Governo convoque o diálogo para ser travado diretamente com ele, governo. Data vênica, não adianta manter diálogo com a ARENA, para modificar o sistema, pois sabem todos que a ARENA e, sabem muito bem os arenistas, que a ARENA não é governo, nesta Nação. Mas a muitos setores do MDB, parece que o tão decantado diálogo, não passa, na verdade, do "CONTO DO DIÁLOGO".

Citemos algumas dessas opiniões:

O Deputado Gaúcho, Rosa Flores, afirmou no Congresso Nacional — "voltou com insistência e suspeito vigor" — a palavra diálogo." Daí a dúvida: (Lê) — "Se o Presidente, do alto de sua onipotência, não dialoga com os seus, é estranho que

autorize o diálogo com os contrários". Mais adiante, o Deputado assinalou que era até "jocosos" falar do diálogo à Nação, "esbordada e silenciada pelo pacote de abril", afirmando: — "Se querem o diálogo, que acenem com uma rosa e, não, com o porrete."

Para Fernando Cunha, opositorista de Goiás, é a seguinte a sua opinião: — "Alertou a oposição para "não cair novamente no "conto do diálogo" por entender que, até agora, inexistiu um único fato que traduza o propósito do governo de promover o restabelecimento do Estado de Direito. E lembrou que as manifestações de diversas camadas da sociedade não haviam encontrado ressonância nas esferas oficiais; "Nessas circunstâncias, que sentido tem o diálogo a que se dispõe o Sr. Petrônio Portella?"

Por sua vez, João Gilberto (MDB-RS) iniciou seu discurso dizendo: — "Brinca-se, neste País, com a boa fé dos outros e com a opinião pública, em calculada ironia. O tempo tem registrado o verdadeiro sentido de palavras políticas iniciadas aparentemente pela disposição de abrir e de democratizar". E apresentou sua versão sobre o diálogo: "É uma escadaria ridícula que se está a se presenciar outra vez: tentam desviar as atenções, o anseio crescente da Nação, as manifestações, o trabalho e a pregação das oposições". João Gilberto solicitou esclarecimento sobre quem tinha "procuração" para dialogar, dadas as contradições, afirmando a inexistência de uma proposta clara.

Para o líder paranaense, Álvaro Dias, vice-líder Álvaro Dias, o diálogo é uma "farsa precariamente articulada com objetivos escusos". E fez, várias indagações: "Como dar crédito à iniciativa de tal natureza diante de tantas controvérsias? Como dialogar com líderes que já se acostumaram à posição de parceiros secundários, homens do governo mas não do governo? Como dialogar com esses homens se impera a vontade de um só? Se nem mesmo o partido do Governo tem a faculdade mínima de opinar? "E respondeu: "Não, o MDB não pode dialogar com quem, ameaçadoramente, lhe aponta as armas da exceção."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago algumas considerações de entendimento meramente pessoal, a respeito do diálogo. E uma pergunta para no ar: Admitindo que o Governo realmente pretenda o diálogo com o MDB, seria de questionar-se das condições em que se realizaria este diálogo. Data vênica, um governo essencialmente tecnocrata e que tem na força a sua sustentação, teria que ter um aprendizado para dialogar. Note-se que até agora, por parte do Governo, houve tão só o monólogo dos tecnocratas. A comunicação Governo-Povo, foi feita através de um constante monólogo de "slogans". Tudo começou com "Ouro para o bem do Brasil", depois sucederam-se os "Ame-o ou deixe-o" — "Liberdade com responsabilidade" — "Estudante é para estudar" — "Desenvolvimento e segurança" — "Plante que o Governo garante" — "Distensão lenta e gradual" — "Milagre Brasileiro" — "Crescer para repartir" — "Este é um País que vai pra" frente" porque "O Brasil é feito por nós" que afinal de contas vivemos numa "Democracia relativa".

Mas, Srs. Deputados, reconheço não ter as condições e a capacidade para analisar com profundidade e efervescência da vida política nacional. Homens mais bem informados que escrevem em jornais de grande circulação nacional e que informam a opinião pública têm afirmado, como por exemplo, editorial do "O Estado de São Paulo": "O Senador Portella, apesar de toda a movimentação verificada nos últimos dias, a respeito do diálogo entre ARENA e MDB com vistas à reforma do regime até o final do Governo Geisel, a verdade é que nem o Senador Petrônio Portella nem o Palácio do Planalto (o que se torna bem mais importante) possuem qualquer proposta ou fórmula concreta para levar adiante as conversas.

O novo e pretense ponto de partida repousa, como sem—

pre, "na necessidade de se aprimorar o regime" — óbvio consenso registrado em todos os setores políticos e militares, fora as exceções de sempre. Depois disso, porém, não há mais nada. Especula-se sobre a possibilidade da criação de mecanismos constitucionais de defesa do regime, capazes de substituir o Ato Institucional número 5, da mesma forma como se fala na transformação do atual Congresso em Assembléia Nacional Constituinte e na hipótese de se elaborar uma nova Constituição. Aventa-se também, a possibilidade da dissolução dos partidos, da adoção do voto distrital e outras idéias, mas nada foi ainda proposto ou colocado na mesa pelos porta-vozes parlamentares do governo, pois para tanto não receberam mandato.

Por isso, se há movimentação das lideranças políticas, continua como fator principal, o ceticismo, que a ARENA procura esconder, mas do qual o MDB não faz segredos.

O temor dos oposicionistas, é que mais uma vez, a montanha venha a gerar um rato, isto é, que a pretexto de ampla reforma do regime o governo termine mesmo por institucionalizar o recente "pacote" de abril, até mesmo ampliando-o a níveis mais desastrosos. Porque em paralelo com as especulações sobre a descoberta de alternativas para o AI-5, correm outras, como a da completa transformação das eleições de Senador em indiretas ou seja, não apenas uma das vagas por cada Estado, seria "biônica", mas também as outras duas. Mais ainda, sugerem alguns que as eleições de governador permaneceriam também indiretas para todo o sempre, e até mesmo, que esse processo venha a atingir os Prefeitos.

Em suma, há confusão precisamente, porque não há definição."

A respeito do diálogo, alguns parlamentares arenistas têm se manifestado também, por exemplo, o Senador paranaense, Accioly Filho.

O ex-Presidente da Comissão de Justiça do Senado, Accioly Filho (ARENA-PR), revelou ontem que não acredita no êxito do anunciado reinício do diálogo governo-oposição, novamente a cargo do Senador Petrônio Portella, "porque não existe nenhum fato novo".

Num encontro informal com os jornalistas próximo ao plenário do Senado, e momentos antes de conversar com o Presidente do MDB, Accioly Filho, explicou a razão de seu ceticismo:

"Os personagens são os mesmos, os argumentos não mudaram, as condições adversas continuam, as resistências são as mesmas, o cenário é igual. Enquanto não houver "script" acho que não vai adiantar nada ficar conversando."

Por isso, Srs. Deputados, acredito de que algumas considerações devem ser feitas, a respeito desta palavra que de uma hora para outra, parece ser a salvação nacional.

"Ora, entendimento entre ARENA e MDB sempre houve, porque no fundo são dois grupos brasileiros acudados pelo mesmo vendaval de arbítrio e tecno-burocracia que varre a história política desta Nação. Cumprem apenas papéis diversos, conforme desejam os "donos do Poder".

Note-se que diálogo pode haver entre o condenado, hoje, no Brasil, o MDB é um condenado, — e o carrasco que vai executar a sentença; ora, o "pacote" de abril, nada mais é, que a sentença de morte ao MDB, e agora, com o diálogo apenas se quer que esta sentença seja executada, lenta e gradual, e à ARENA incumbem executar tal sentença. Entendo que hoje não há condições para diálogo. Primeiro, porque o governo só sabe monologar; e segundo, porque o MDB já não representa mais o caudal de oposições que se levantam por todos os quadrantes da Nação.

Se o meu partido aceitar uma conversa de cúpula com o governo, estará agindo sem legitimidade. O MDB já não pode mais falar pela Nação, como não pode o governo que temos; o entendimento deve ser total e amplo, para ser duradouro; todos têm que opinar: partidos, estudantes, intelectuais, traba-

lhadores, povo e governo.

Restando disso, convém lembrar recente pronunciamento do Deputado Erondy Silvério nesta Casa, quando disse e vale aqui ser repetido:

"Outra prática corrente com a qual eu não concordo qual seja, este maniqueísmo que repetidas vezes se tenta impor.

Ou você concorda ou é subversivo; ou diz sim, ou está contra o Brasil. Ou aplaude, ou não há lugar para você. Ou é preto, ou é branco. Ou é Deus, ou é demônio. Pretende-se, por exemplo, e isto eu não aceito, que cabe aos membros da ARENA, meu partido, o papel de vaquinha de presépio, e assim não entendo porque, minha dignidade não permite e minha responsabilidade para com o meu País exige mais."

Precisamos retomar como comuns, a todos os brasileiros as grandes bandeiras reivindicatórias da Nação.

"É necessário chegarmos a um grande debate; um elevado diálogo, onde não haja mais vencidos ou vencedores, mas sim uma comunhão de patriotas.

Há dificuldades? Vamos enfrentá-las, debater sobre elas. Não se arvora uma facção política em dona de críticas, outra em defensora de providências nem todas corretas. Vamos elevar as nossas participações, porque é nossa, dos parlamentares, a mais importante das posições neste grande e necessário seminário brasileiro."

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como eu disse, entre MDB e ARENA, sempre houve diálogo; sempre houve conversa, sempre houve entendimento. O que nunca houve foi diálogo entre o Governo e o resto da Nação.

Porém como homem público, tenho que admitir erros da classe política e seria mais um vilão da corte se não o fizesse.

Considero-me um liberal de esquerda e tenho o senso crítico de reconhecer que até certo ponto os militares estão com a razão. Entregar-se o país a uma certa espécie de políticos que vicejam neste regime, seria destruir tudo de bom que a revolução possa ter conseguido. Mas como liberal não posso admitir que se alijem os civis do Poder. Isso é um tratamento discriminatório. Os civis não pretendem alijar os militares das decisões brasileiras, pelo contrário, nas nossas forças armadas, todos sabem, reside a última resitência de moralidade. Não serão alguns maus militares, como disse Jânio Quadros, "deslumbrados pelas facilidades materiais do poder" que irão comprometer a tradição de Caxias, como também não serão alguns politiquinhos sem personalidade e preparo que negarão o espírito patriótico de Rui Barbosa, Barão do Rio Branco e outros."

Como emedebista e liberal, procuro ser sincero comigo mesmo, para ser amanhã coerente com a nova posição que tenha que assumir, no momento da redemocratização, que haverá de vir porque força alguma, reação alguma será capaz e suficiente de deter o Estado de Direito.

Posições novas devem ser tomadas e a nossa Liderança na América Latina não pode ser adiada nem refreada indefinidamente, como povo democrático e civilizante. O Brasil de hoje, não é mais o Brasil de ontem. O tempo se encarregou de modificar as coisas e o curso da história é irreversível. Juscelino, Jango e Lacerda não mais podem ser Presidentes desta República, como também não o podem Castelo Branco e Costa e Silva.

Entendo pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que diálogo numa nação civilizada, outra coisa não seja que todos os governados e governantes, sentarem-se à mesa, no mesmo pé de igualdade, com os espíritos desarmados e então tratem do encaminhamento da nação o qual só poderá ser viável dentro de um Estado de Direito e como tal é imperiosa a participação total da Nação. Deste tipo de diálogo o MDB não se furtará.

O Governo, que falará à ARENA no próximo dia 16, que ponha as cartas na mesa; o diálogo não pode ser apenas com o MDB, mas deve ser com a Nação brasileira. O MDB, representa

uma parcela da Nação e não pode falar por ela. Se o meu Partido fizer isso, abandonando a tese da Constituinte, então teremos não o encaminhamento e a institucionalização do regime, mas teremos quicão um "PACOTÃO DE NATAL E ANO NOVO" que será o presente de grego que se entregará à Nação.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito RUI, quando discursou em abril de 1888, antes de cair a escravidão e vir a República:

"A grande transformação aproxima-se de seu termo. A cordilheira negra esboroa-se, abalada pelas comorações que operam a mudança dos tempos nas profundezas da história; e por esse rasgão imenso, que se abre, entra em cheio o azul dos novos horizontes, o oxigênio poderoso da civilização americana. Os velhos partidos, cooperadores irremediáveis do passado rolam desagregados para o abismo, entre os destroços de uma era que acabou; e, pelo espaço que a tempestade salvadora purifica, os ventos do norte e do sul trazem, suspendem e dispensam, para caírem sobre a terra, as idéias vivificadoras de nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfusão da propriedade, a desorganização do Senado, a Federação dos Estados Unidos Brasileiros... e dizia Ruy, com a Coroa, se esta lhe for propícia, contra e sem a Coroa, se ela lhe tomar o caminho" e seria de retificar o insigne baiano, nesta parte:

Com o Presidencialismo se este lhe for propício, contra e sem o Presidencialismo, se este lhe tomar o caminho da autêntica e sonhada DEMOCRACIA ABSOLUTA, que todos almejamos."

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago à Casa estas considerações para que aqui também se façam análises e se leve ao conhecimento ao Governo esta preocupação de que não pode haver diálogo enquanto persistir o armamento de espírito de ambos os lados.

O Governo que demonstre, concreta e objetivamente, que quer dialogar com a Oposição, não apenas do MDB, mas de toda a Nação brasileira.

Porque reafirmo, não vejo no MDB legitimidade para falar hoje em nome dos intelectuais, para falar hoje em nome dos estudantes, que estão tomando posições muito mais avançadas que o meu Partido, porque a cúpula do meu Partido, tem coonestado com o Governo, a cúpula do meu Partido não tem acompanhado as bases, porque quando vamos ao interior, quando conversamos com o homem do povo, seja ele do MDB ou da ARENA, percebemos que ele quer uma definição nesta Nação.

O que fazem hoje os donos do Poder? Que é um verdadeiro avacalhamento, é a desmoralização de homens públicos, que ficam numa Assembléia a discutir a validade de uma ata de uma reunião, porque nada se pode opinar nesta Nação.

Por isto é necessário que levantemos as nossas vozes. Que façamos como todos estão fazendo no Brasil. Que os políticos deixem deste comodismo e partam para posições mais avançadas, para que sufraguemos, amortecemos e extingamos os nossos Partidos, criando novos, com realismo, traduzindo idéias que pensamos.

Estou no MDB, sou liberal, mas não concordo com as posições mais direitistas do mundo que vêm sendo tomadas pelo meu Partido. Quero que numa nova Constituição, num novo regime, possa se criar um novo Partido, onde ideologicamente eu possa me identificar.

Por isto Srs. Deputados, me desculpem o meu extravasamento. Fazia mais de trinta dias que não vinha à tribuna, porque não encontrava motivação para falar. E muitos me perguntavam e me interrogavam o que está acontecendo com o Sguarezzi? O que está acontecendo acredito eu, talvez próprio da minha formação, é que não aguento mais vir para uma Casa do povo para não ouvir coisa nenhuma, para ouvir "lero lero", para não fazer nada. Acredito então, talvez, que eu estivesse trabalhando mais para a minha Nação se estivesse na minha banca de advocacia.

Acredito talvez que eu estivesse produzindo muito melhor na minha iniciativa privada, do que estar aqui, como todos nós tenhamos e sejamos sinceros e honestos em reconhecer, não fazendo nada.

Não podemos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, continuar no marasmo, ou como disse o Deputado Erondy Silvério... O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — ... como disse o nobre Deputado

Erondy Silvério, criou-se uma nova religião no Brasil: o maniqueísmo. Ou você é contra, ou você é a favor; ou você concorda e diz sim, ou é subversivo; ou concorda ou é comunista.

Ora, somos civilizados, acreditamos em alguma coisa mais no ser humano? Então vamos partir para outras realizações. Vamos dizer e vamos procurar realizar o que diz Carlos Chagas, num brilhante artigo, em "O Estado de São Paulo":

"Não significa cultuar o superficialismo o fato de estabelecermos um grande divisor de águas na sociedade brasileira, uma espécie de muro a separar quantidades distintas e inconciliáveis, o Estado de Direito, de um lado e o estado de exceção, de outro. Poderá haver progresso, até satisfação parcial e limitada a certo período de tempo, nos regimes autocráticos. Possivelmente por força da própria força, consigam os técnicos e prestidigitadores dar a impressão de que as necessidades maiores repousam no aumento do número de empregos, no crescimento do Produto Interno Bruto, no combate à inflação ou até nas oscilações do mercado internacional. Poder-se-á confundir coisas simples da mesma forma, mediante a afirmação de que grande parcela da população ignora o que seja democracia, não tem maiores compromissos com o direito e a justiça, nem saberá aproveitar a liberdade dos próximos decênios, mais interessada em ter feijão na panela, Palhinha no Corintians ou bons sambas de enredo no carnaval.

É falso. O homem diferencia-se do animal por saber prever, não através de impulsos instintivos, como formiga, mas sujeitando-se até mesmo à dor, se de forma transitória ela exprimir a garantia do alívio posterior e duradouro. Impedir a democratização, como se fez até hoje, pela redução da sociedade a cifras e números, sem ter presentes que nós os precedemos, porque os inventamos, é pretender animalizar o homem. Temos espírito e necessidades mais importantes do que a cama e a mesa, superiores ao próprio desenvolvimento econômico se ele for considerado um fim de si mesmo, objetivo depois do qual nada mais precisa ser buscado. Haverá, no máximo, que incrementar em cada um o conhecimento desses valores.

A tal anseio jamais abandonado pelos liberais, e agora expresso no clamor unânime da sociedade, chamamos de necessidade do absoluto, de sede de conhecimento integral, de aspiração da liberdade e até de desenvolvimento político. A ele atenderemos na quadra atual, apenas pela reforma. Não a canhestra, ilusória ou destinada a embrulhar as coisas em novo pacote, mas a verdadeira, integral e ampla. Sendo homens, somos capazes de prever e de pleitear, tanto quanto de resistir ou de conquistar, em outras palavras, algo mais do que fazer parte de um orçamento ou de integrar as colunas de deve e haver de um balanço material. Trazemos a indagação princípio e fim de tudo, o porquê. O homem jamais será, ou menos impunemente, mero objeto das equações econômicas, pois precede-as, antecipando-se à própria realidade do Estado. Assim, reclama a condição de ser e a ela se acoplam valores eternos como a liberdade, a justiça, o direito à representatividade e à democracia. Obviamente que um Estado construído sobre tal base jamais poderá ser confundido com o estado de exceção, o estado de arbítrio, o estado econômico, o estado social, o estado possível ou até o estado relativo. Este o verdadeiro sentido da verdadeira reforma política que carecemos e buscamos — e que acabará sendo concretizada pelas mãos dos que jamais deixaram de ter

presente a necessidade do absoluto, isto é, da importância de se pretender o melhor, não o menos pior. Estes são os liberais.”

O Sr. Gabriel Sampaio — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, primeiramente, é com satisfação muito grande que vejo V. Exa. ocupar a tribuna, V. Exa. com quem tive a honra de partilhar o caminho universitário.

Eu também, Deputado, há muito tempo não uso do microfone desta Assembléia, sequer para um aparte e o faço hoje, com uma imensa satisfação, eis que conheço V. Exa., conheço a formação de V. Exa. e o seu pensamento e vi, Deputado, hoje, neste seu pronunciamento sincero, profundo, refletido, que V. Exa. enfim — não que V. Exa. estivesse nessa situação anteriormente — olha as coisas como realmente elas são. Nós, nesta Casa, como em todas as outras Casas Legislativas deste País, ou no Congresso Nacional, estamos fazendo um papel, Deputado, que o decoro parlamentar me impede de pronunciar a palavra certa. Mas, estamos fazendo um papel ditado e programado por um sistema, e estamos cumprindo-o, bem, porque estamos fazendo exatamente o jogo que querem que nós façamos.

Por esta razão, Sr. Deputado, eu não volto a disputar eleições neste País, no estado em que está, porque, eu estou sendo um motivo, eu estou sendo um dos atores de um teatro onde estamos representando, e muito bem, para que a situação mantenha-se como está.

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, V. Exa. falou.

O MDB, o seu Partido cumpre espetacularmente bem este papel. Eu não posso me conformar, Sr. Deputado, que, um País civilizado como é o caso do nosso Brasil, no sistema que nós vivemos, casse o Líder da Oposição na Câmara Federal, o nosso conterrâneo, o Deputado Alencar Furtado, e o MDB apresente mais uma notinha de protesto como tantas outras já apresentadas.

A conclusão a que eu chego, Deputado Nilso Sguarezi, é a de que a Nação está entorpecida, é como se fosse um “sparring” de luta de box — depois de meia-hora de luta, já não se sente mais nada, as coisas viram rotina; dentro da parcialidade, dentro da exceção tudo é aceito normalmente, como se fosse a coisa mais tranqüila do mundo.

Com isto eu não concordo, Deputado, acho que a minha voz nesta Casa, nada significa. E eu aparteio V. Exa., porque vi que V. Exa. hoje chegou claramente à posição que eu já havia assumido, na omissão, porque a minha participação é colaboração ao sistema que aí está, as nossas vozes não são ouvidas, ou, ao contrário, elas são ouvidas da forma que o sistema quer, porque nos dá externamente em especial, uma demonstração e uma caricatura de democracia.

O que é um Deputado Estadual hoje, Deputado Nilso Sguarezi? O que é um Senador, o que um Federal?

Nada significam em nossa Nação. E V. Exa. disse muito bem — hoje, os estudantes, o operário, o intelectual, exercem um cargo muito mais importante na sua luta pela democratização.

O que fazemos nós nesta Casa, Deputado, a discutir por 1 hora, se a ata de sexta-feira foi com 15 ou com 31 presentes, se estava o Presidente, o Vice, ou o Segundo Vice? Estamos nos detalhes, esquecendo sempre e há muito tempo, do essencial.

Congratulo-me com V. Exa., Deputado, porque V. Exa. acordou, V. Exa. também sabe o seu papel, que é do seu Partido quanto da ARENA, é que o sistema quer, que o sistema está impondo e está saindo airoso muito bem, porque nós o estamos cumprindo muito bem.

Eu não participo mais, Deputado. Na próxima eleição não serei mais candidato porque não vou fazer esse papel, de participar de um sistema de uma semi ou sei lá denominação que este País tem, em termos de democracia.

Obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. permite um aparte? **O SR. NILSO SGUAREZI** — Se você aguardar, por gentileza, que eu responda o aparte do Deputado Gabriel Sampaio, terei prazer em lhe dar o aparte.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu apenas estou reiterando o pedido que fiz, momentos antes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar o Deputado Nilso Sguarezi, que o tempo que lhe era reservado já esgotou, já se passaram 10 minutos além do tempo regimental, e, a Presidência confessa que deixou V. Exa. concluir o seu discurso porque o considerou uma peça importante para marcar uma posição da bancada do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa. Todavia, lamenta informar que não há mais condições regimentais para lhe conceder maior tempo de permanência na tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço e desejava apenas ressaltar que falei em meu nome em caráter estritamente pessoal e não no da bancada do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Registrado.

A Presidência confessa também que desejava, no Grande Expediente, conferir 5 minutos ao Sr. Deputado Nelson Buffara, para prestar, aqui, depoimento dos trabalhos realizados pela Comissão Especial que investiga a situação da população carcerária do Estado. Se S. Exa. o Sr. Nelson Buffara, pretender fazê-lo, poderá, numa questão de ordem, para o que a Presidência lhe conferirá 5 minutos.

O SR. NELSON BUFFARA — Realmente, na sexta-feira, eu e mais dois Deputados, Erondy Silvério e Enéas Faria, ausentamo-nos desta Casa, com uma prévia autorização da Mesa Executiva, do Sr. Presidente, para que, em comissão, nos dirigíssemos ao Presídio do Ahú. E, a nível de Comissão lá estivemos, fomos recebidos pelo Dr. Forquim, Diretor do Presídio, a visita que fizemos não foi marcada, não tinha sido apazada, foi uma surpresa a nossa chegada no Presídio, a fim de que constatássemos eventuais irregularidades.

O Dr. Forquim nos recebeu, com os demais funcionários daquele presídio, ocasião em que, os Deputados Erondy Silvério e Enéas Faria formularam uma série de perguntas, procurando pesquisar e encontrar alguma coisa de extraordinária, de anormal, de irregular.

Diante de uma relação dos signatários daquele manifesto que foi objeto de uma controvérsia há 40 dias atrás, cada Deputado escolheu um preso para ser entrevistado. Entrevistamos 3 presos. Tivemos plena liberdade para escolher os nomes que entendêssemos, os três foram unânimes em afirmar que o tratamento era razoável, era normal, não tinham nada a reclamar, e que as assinaturas eram falsas. Nenhum deles reconheceu no documento assinatura como sendo sua.

A nossa Comissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados é, e continua sendo, no sentido de esclarecer o que há de obscuro no sistema penitenciário de nosso Estado. Tanto é que para complementar esta pesquisa, o Deputado Federal Túlio Vargas, Secretário de Justiça, estará quarta-feira, depois de amanhã, às 14,00 horas, reunido com a Comissão Especial, para esclarecer os pontos que estão, até agora, obscuros.

A nossa missão continua, chegamos a uma etapa já vencida, e continuaremos buscando mais elementos para que possamos fazer um relatório e justificar a criação dessa Comissão Especial para verificação de irregularidades nos presídios de nosso Estado.

Como já disse, nós esperávamos encontrar uma série de irregularidades, nada foi encontrado mas, continuaremos nas nossas investigações. Se encontrarmos alguma coisa, aqui desta tribuna, denunciaremos a esta Casa, e à imprensa de nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Expediente, passa-

se à Ordem do Dia.

O Sr. Trajano Bastos — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência concede ao Movimento Democrático Brasileiro, 15 minutos que regimentalmente lhe são deferidos.

O SR. TRAJANO BASTOS — A Liderança concede o tempo, Sr. Presidente, ao Deputado Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Fruet.

O Sr. Erondy Silvério — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não queria ser anti-ético, nem desleal, mas acontece que a Mesa, hoje, gastou uma hora da sessão em questões de somenos importância, continuando aquele espetáculo deprimente da última sexta-feira. Se V. Exa. tiver a curiosidade de ler uma resolução, se não me engano, 9/67, verá que a Hora do Expediente é improrrogável, 2 horas, estabelecidas por aquela resolução.

Portanto, me perdoe a nobre bancada do MDB e da ARENA também, mas acho que V. Exa. não poderá conceder os 15 minutos, mesmo porque estou levantando esta questão de ordem, Sr. Presidente, para que não se repitam, aqui, nesta Casa, fatos da natureza há dias acontecido, na sexta-feira, dos quais V. Exa. não tem nenhuma culpa, nenhuma responsabilidade mas que culminou na sessão de hoje, onde nós gastamos uma hora do tempo desta Casa que deveria ser destinado a assuntos mais sérios, numa questão de somenos importância como bem disse o nobre Sr. Deputado Nilso Squarezi, onde nós discutimos, aqui, se a ata deveria ter sido assinada por 15, 18, por 30, por 50 Srs. Deputados.

Portanto, gostaria que a Mesa, apenas, verificasse o que dispõe a resolução que citei no início.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. citou a Resolução 45/76, Sr. Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — 9/67.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Resolução 9/67, recebeu nova redação pela Resolução 45/76, de 11 de junho de 1976. Todavia, confere a V. Exa. parte de razão.

A Presidência dará conhecimento dos termos da Resolução 45/76: — No inciso I, letra C, do artigo 1º da Resolução 45/76, que confere nova redação à alínea C, do artigo 1º, da Resolução 9/67, de 7 de junho de 1967, passou a vigorar no tópico referido, com a seguinte redação: — “Os 30 minutos finais ... (lê) ... da palavra”.

Mas, todavia, V. Exa. tem razão quando se refere que os 60 minutos, no máximo, destinados às Lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou à falta desses, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

Como nós teríamos 60 minutos a serem divididos e considerando os 30 minutos que, regimentalmente, cabem à leitura da ata e leitura dos expedientes pelo Primeiro Secretário, realmente, estaríamos no estrito cumprimento da Resolução 45/76 e do Regimento Interno, com expediente encerrado.

Considera, todavia, a Presidência, que, regimentalmente, a sessão tem o seu horário a expirar às 18,30 horas e observando que faltam ainda 120 minutos para o término da sessão, a Presidência se, por um lado, está sujeita à observância da Resolução 45/76, observância que deixou de cumprir durante os 30 minutos iniciais da sessão, estaria, por certo, restringindo às Lideranças de bancada, a faculdade de usarem da tribuna. E, entende a Presidência, seria um procedimento a cercar aos eminentes Deputados, o uso da tribuna.

Por esta razão e com todo respeito que devota ao eminente Deputado Erondy Silvério, a Presidência assume a culpa de não haver observado os 30 minutos iniciais da discussão da ata e na leitura dos expedientes e concede a palavra ao Sr. Deputado

Maurício Fruet.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Devolvo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu aceito a decisão de V. Exa., por uma questão de respeito. Todos os Srs. Deputados devem ter com a Mesa. Todavia, V. Exa. está inovando e eu espero que esta decisão de V. Exa. passe a se constituir numa resolução, que fará parte integrante do Regimento Interno da Casa. V. Exa. na realidade está prorrogando a Hora do Expediente, a que regimentalmente está proibido de fazê-lo.

Eu aceito a decisão de V. Exa., só peço que esta decisão passe a constar como parte integrante do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência observará, a partir da próxima sessão ordinária e extraordinária o cumprimento dos trinta minutos iniciais para discussão da ata e leitura do expediente.

Confessa a Presidência, que também regimentalmente caberia ao Sr. Primeiro Secretário, esgotado o tempo da leitura do expediente, despachar o expediente de ofício para não tirar dos Srs. Deputados o tempo que regimentalmente têm para ocupar a tribuna. A Presidência é culpada de não haver mandado cumprir aquela disposição regimental, no início da sessão.

Com a palavra, o Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana, o Deputado Lineu Turra ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, focalizando o incidente lamentável ocorrido no último dia 21, na localidade de Banhado Comprido, Município de Araucária, em que um lavrador, um ancião de 71 anos de idade foi fuzilado por policiais. Sobre o fato existem duas versões: A primeira delas, divulgada em nota oficial pela Secretaria de Segurança, em que afirma terem os policiais agido no estrito cumprimento do dever.

De outro lado, os depoimentos prestados por duas sobrinhas da vítima, que alegam e que afirmam ter a polícia exagerado em sua função e atirado contra o Sr. Mathias Jaworski, desarmado e sem qualquer provocação. Aliás, a este respeito o advogado Mário Jorge, afirma em entrevista concedida à imprensa, o seguinte: “Na minha longa vida em torno da Justiça, nunca me impressionei tanto diante de um quadro verdadeiramente dantesco, como o que vi na última sexta-feira, na residência do falecido Mathias Jaworski, vítima da truculência por parte de policiais e vândalos, autênticos assassinos e ladrões.

Quando conseguimos libertar as filhas do septuagenário e levá-las, em companhia da mãe e repórteres, à sua moradia, palco dos acontecimentos, tão logo ingressamos na casa de madeira, Terezinha Jaworski correu em direção ao seu quarto, pegando uma colcha que se encontrava dentro do guarda-roupa escancarado, e caiu de joelhos ao chão, chorando desesperadamente e gritando: assassinos e ladrões, mataram meu pai e roubaram o meu dinheiro.” Levou tempo para acalmar-se, quando nos explicou que guardara dentro dessa colcha suas economias que ali se encontrava inclusive o dinheiro com que iria pagar a prestação do carro. No outro compartimento da casa, a velhinha que também chorava amargamente, e onde nesse local, seu marido foi selvagemmente assassinado, sem ter a quem apelar, impiedosamente fuzilado por uma turba que segundo as autoridades policiais, “cumpria um dever legal”.

Se essas autoridades tivessem se locomovido ao local do crime, tenho certeza, jamais viriam a público afirmar que bandidos cumprem dever legal, comprometendo seriamente sua própria instituição. Um número sem conta de perfurações por projéteis de calibre grosso nas paredes externas da casa onde se encontrava Mathias Jaworski; dezenas de perfurações nas paredes internas; todos armários e guarda-roupas revolidos, nada em

seu lugar, a cama do casal em verdadeira reviravolta e as gavetas das cômodas pelo chão, tudo a indicar que ali não foram os policiais para a simples missão de prender João Jaworski que sabiam ali não se encontrar, e nem para prender o velhinho: a missão era outra, Sr. Secretário de Segurança."

Outro noticiário afirma que "as circunstâncias em que se deu a morte do lavrador Mathias Jaworski, que tinha 68 anos de idade, é a grande preocupação das autoridades. Muitas pessoas acreditam que houve arbitrariedade, já que os policiais invadiram a casa por volta das 5,30 minutos da madrugada, sem qualquer autorização especial, e ainda, não totalmente esclarecidos sobre os acontecimentos no Colégio Bento Viana, quando houve discussão e tiros, um dos quais, indo atingir o Prefeito. Interessados apenas em deter os culpados, de acordo com as informações da vítima, que insistia em dizer que o pai e os três filhos, João, Emília e Terezinha haviam participado da agressão, os policiais não pensaram duas vezes:

Armaram-se como fossem participar de um combate e atacaram a moradia dos lavradores, em cujo interior estavam apenas seis pessoas, das quais, cinco mulheres, todas desarmadas e o ancião Mathias que empunhava um revólver.

Após uma seqüência de tiros o lavrador tombou sem vida, com vários disparos, cujo número e locais atingidos não foram esclarecidos. Para a defesa, o "velho" morreu após receber uma saraivada de balas pelas costas, quando tentava desesperadamente escapar à morte. Maria e suas duas filhas foram espancadas de acordo com as denúncias feitas e que deverão ser comprovadas com os exames de lesões corporais feitos pelo Instituto Médico Legal. Os policiais também estão acusados de terem se apoderado de aproximadamente 230 mil cruzeiros em dinheiro, que estavam escondidos dentro da casa."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão logo tomamos conhecimento dos fatos ocorridos na localidade de Banhado Comprido, seguimos à Araucária no último dia 21 e mantivemos daquela data até o último domingo, uma série de contatos com pessoas diretas ou indiretamente envolvidas no episódio.

O que sentimos principalmente, é um clima de terrível apreensão por parte dos moradores do interior do município, notadamente, nas localidades de Serrinha, Banhado Comprido, Município de Contenda, bem como em outras localidades menores em Araucária, onde parentes, amigos e conhecidos das vítimas, aceitam como válida, as informações prestadas pela sobrinha, de que efetivamente, houve excesso por parte das autoridades policiais.

E foi muito bem dito nesta Assembléia, por ocasião de aparte do Deputado Nelson Buffara, ao orador Lineu Turra, de que a Polícia dispozo como dispõe, de meios sofisticados, não precisaria, não haveria necessidade de precipitação alguma, em invadir a residência da forma como ocorreu, culminando no assassinato do lavrador Mathias Jaworski.

E, na realidade, Srs. Deputados, há necessidade desta Assembléia Legislativa, procurar averiguar os fatos. Há necessidade desta Assembléia Legislativa, prestar uma satisfação, não digo apenas ao povo de Araucária e de Contenda, mas à população paranaense, uma vez que este fato, já ultrapassou as fronteiras daqueles dois municípios, alcançando a todos os rincões do Estado do Paraná.

E por este motivo, com as subscrições, as assinaturas de 20 Srs. Deputados, passo a ler requerimento, em que solicitamos a constituição de Comissão Especial desta Assembléia, cujos argumentos são os seguintes: (Lê): "Senhor Presidente.

1 — Os fatos ocorridos no último dia 21, na localidade de Banhado Comprido, Município de Araucária, que culminaram com a morte do lavrador Mathias Jaworski, atirado por componentes da Polícia Militar do Estado em sua residência, que ali estavam com o objetivo de prendê-lo;

2 — Que, em função do acontecido, duas versões foram oferecidas à opinião pública: a da Secretaria de Segurança, que afirma terem os policiais agido no estrito cumprimento do dever, dizendo que os mesmos foram recebidos a tiros pela vítima, quando deram voz de prisão, e outra, baseada em depoimentos de duas sobrinhas do falecido, que se encontravam no local no momento dos disparos, atestando que o Sr. Mathias Jaworski foi fuzilado sem defeza alguma e quando se preparava para entregar-se;

3 — Que o lamentável incidente, trazido à opinião pública estadual, vem gerando uma série de comentários, notadamente no interior dos município de Araucária e Contenda, onde existe um clima de apreensão e persistem uma série de dúvidas quanto a realidade dos fatos;

4 — Que é dever desta Assembléia Legislativa, como porta-voz da opinião pública, procurar inteirar-se de assuntos de interesse das comunidades e levando em consideração, também, a repercussão que o denominado crime de "Banhado Comprido" está alcançando, propomos, regimentalmente, a constituição de uma Comissão Especial, integrada por cinco Senhores Deputados, respeitada a proporcionalidade partidária, para, no prazo de 30 dias a contar de sua instalação, colher as informações que se fizerem necessárias com o objetivo de esclarecer a verdade e, se for o caso, apurar as irregularidades.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(aa) MAURÍCIO FRUET

APOIAMENTOS: José Domingos Scarpelini, Lúcio Machado, Jorge Sato, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Valter Pietrângelo, Hélio Manfrinato, Edilson Alencar, Nelson Buffara, Adalberto Daros, Fidelcino Tolentino, Enéas Faria, Accioly Neto, Trajano Bastos, Deni Schwartz."

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet, V. Exa. aborda um assunto que reputo de transcendental importância.

Na semana passada, o Deputado Lineu Turra, usando desta tribuna, tentou focalizar este assunto, também tecendo críticas à conduta da polícia que, sem dar uma chance a esse septuagenário, fuzilou-o inapelavelmente.

Eu tenho um amigo na cidade de Araucária, que pertence a uma tradicional família daquela cidade. Ele confessou-me; ele é feirante, não por ser feirante, como ser de uma tradicional família; é um homem relativamente abastado, respeitadíssimo naquela cidade, que o ambiente de revolta na cidade de Araucária, pela, em função dessa ocorrência que culminou com fuzilamento desse Senhor Mathias Jaworski, fez com que a cidade ficasse indignada. E, esta comissão que V. Exa. requer é de suma importância para esta Casa. Se existir um parlamentar do "status" de V. Exa. que vem aqui reclamar, bradar contra este estado de coisas, isto se sucederá periodicamente. A preocupação de V. Exa. é válida e de grande envergadura, de grande efeito. Mostra, mais uma vez, Deputado Maurício Fruet que V. Exa. tem sempre seus interesses voltados para a defesa do mais fraco; do oprimido. A defesa daquele que não tem como fazer chegar os seus reclamos. O que V. Exa. se presta é fazer o papel de intérprete das causas justas. Meus parabéns pelo seu comportamento e minha solidariedade ao caso que V. Exa. trouxe a esta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sr. Deputado Nelson Buffara, em cujo aparte, com muita propriedade salientou a realidade do atual momento em Araucária e também no município de Contenda. Há um clima de revolta pelo ocorrido. E há também um clima de grande apreensão. Temerosos que estão os colonos, de terem suas proprieda-

des invadidas de forma truculenta.

O Sr. Lineu Turra — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet, meus cumprimentos pela iniciativa; nós nos solidarizamos com ela, já por sinal, colocamos a nossa assinatura nesse pedido.

Nós queríamos acrescentar ao pronunciamento de V. Exa. que na verdade o fato veio revelar mais uma vez a incapacidade da nossa polícia e também falta de educação.

Porque não se justifica, de forma alguma, o comportamento que teve a polícia naquele episódio e como tem tido noutros episódios. Deve entender a polícia que ela nada mais é do que um profissional para atender a ordem pública; manter a ordem pública. Não se concebe diante dessa função que tem a polícia, sequer o erro na execução de um serviço; sequer o erro. Porque todos nós, no desempenho das nossas funções temos a obrigação de executar com perfeição; com a perfeição máxima. Assim a Polícia. Não se concebe até um "Aberratio Ictus", um "erro in persona"; errar na pontaria ou errar quanto à pessoa. Porque ela deve ter a preocupação de executar o seu serviço com perfeição, sem atingir ou molestar qualquer outra pessoa, senão aquele que na verdade praticou fato delituoso. E mesmo assim, a prisão de um cidadão, não é a polícia ir lá, ao invés de prender, para tirar-lhe a vida. A prisão de um cidadão que comete um crime é mais para proteger este cidadão muitas vezes de uma possível violência. Quando se leva um cidadão para a cadeia, muitas vezes é por força das circunstâncias; a animosidade em que o ambiente se vê envolvido; então é para proteger a vida desse indiciado num crime. Evidentemente o que poderia fazer a polícia nessa oportunidade, o que teria que fazer, era se fosse o caso, prender o cidadão para protegê-lo de uma possível violência, se ele estivesse na eminência de sofrer tal violência daqueles que se sentiram vitimados pelo crime que este cidadão tivesse praticado.

Mas é o contrário, a Polícia ao invés de prevenir um crime, foi lá praticar um crime. De forma que não se justifica, é incompetência, arbitrariedade, é truculência que nós a cada passo estamos assistindo no Paraná, na Polícia do Paraná, com a omissão das autoridades. Isto é falta de autoridade. O Secretário de Segurança que me desculpe mas está faltando autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos)

O Sr. Lineu Turra — Está faltando autoridade para por em ordem estas coisas.
Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu agradeço o aparte de V. Exa. O Sr. Trajano Bastos — Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar que o tempo que o eminente Deputado dispunha já se esgotou. Concede-lhe, todavia, dois minutos para que possa concluir.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço. V. Exa. tem o aparte. O Sr. Trajano Bastos — Agradeço.

Ilustre Deputado Maurício Fruet, a ação violenta da Polícia do Paraná, tem escrito páginas de terror neste Estado.

Para que V. Exa. tenha idéia, de mais um fato que caracteriza a violência policial no Estado do Paraná, eu relato a V. Exa., um fato ocorrido na cidade de Palmital.

Para ser breve, um homem embriagado caído ao meio da rua, foi morto pela Polícia daquela localidade da forma mais brutal possível. Foi morto a pontapés, tendo inclusive a sua bexiga estourada pela violência dos policiais daquela cidade. Fato por mim já denunciado nesta Casa e que até agora a autoridade competente não se dignou em tomar qualquer providência que o caso exigia.

Era o aparte que eu tinha a V. Exa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e usando da benevolência da Presidência que nos deu dois

minutos, neste minuto restante concedemos o aparte solicitado pelo Deputado Benedito Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Obrigado, nobre Deputado Maurício Fruet.

Apenas para fazer uma observação de um retrato recentemente presenciado por nós, quando em companhia da Presidência da Casa, visitamos a Escola da Polícia Civil deste Estado. E verificamos através das demonstrações técnicas, que a Polícia dispõe hoje de condições das mais extraordinárias para sua defesa, não havendo motivo algum, qualquer, para que pratique ação tão violenta como esta praticada recentemente em Araucária.

Esperamos que esta Comissão que V. Exa. requer nesta oportunidade consiga dar uma demonstração ao Paraná de que os representantes do povo neste Parlamento, se não têm nenhuma função, a terão objetiva nesta oportunidade. A de entregar os verdadeiros criminosos campeados com o nome de Polícia deste Paraná à Justiça e posteriormente levá-los à cadeia. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu agradeço o aparte e a benevolência da Presidência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 155/75, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Cascavel a Formosa d'Oeste. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 155/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Cascavel a Formosa d'Oeste, passando por Cafelândia e Nova Aurora.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 77/76, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os municípios de Planaltina e Santa Isabel do Ivaí. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 77/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 97/76, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor ERNANI SIMAS ALVES. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 97/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Ernani Simas Alves.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 119/76, que autoriza o Poder Executivo retificar e revestir a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 119/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a retificar e revestir com pavimentação asfáltica a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 07/77, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 07/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Observados os critérios previstos na Lei Federal número 6.226, de 14 de julho de 1975, será computado para fins de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória dos funcionários públicos civis de órgãos da administração estadual direta e das autarquias estaduais, o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 39/77, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao município de Pato Branco os imóveis que especifica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 39/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por doação, ao Município de Pato Branco, os lotes de terreno sob os números 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete),

8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze), da Quadra número 1 (um), e, os lotes de terreno sob os números 1 (um), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro) 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze), da Quadra número 2 (dois), da Planta do Loteamento Bairro Bortot, da cidade de Pato Branco, sem benfeitorias, perfazendo a totalidade dos lotes a área de 11.971,50 m² (onze mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta décimos quadrados, com as divisas, limites e demais características constantes dos títulos transcritos sob os números 11.489 e 11.894, do Livro 3-J, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 66/77, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Bela Vista do Paraíso. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 66/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 68/77, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede e foro na cidade de Pato Branco. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 68/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 69/77, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Pato Branco. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 69/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 83/77, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 226/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Altônia, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 83/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 27 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Altônia, objetivando a transferência de recursos oriundos de Convênio com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 84/77, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 228/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Nova Londrina, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 84/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 27 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Nova Londrina, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 135/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 309/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Duque de Caxias", na sede daquele município. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 135/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Atalaia, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 136/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 310/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Unidades Escolares, na sede daquele município. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 136/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 03 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bandeirantes, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Mailon Medeiros e o Grupo Escolar Juvenal Mesquita, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 137/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 311/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bandeirantes, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nóbrega da Cunha, naquele município. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 137/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bandeirantes, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nóbrega da Cunha, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 138/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 312/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bela Vista do Paraíso, objetivando execução de reparos onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados na sede do referido município. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 138/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 15 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Escola de Aplicação José Marcelino e o Colégio Estadual César Lattes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro - Presidente; Lineu Turra - Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 139/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 313/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BOCAIUVA DO SUL, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 139/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Coronel Gordiano Dias Batista, o Grupo Escolar Severo Ferreira Rüppel, do Distrito de Tunas e a Casa Escolar de Campinhos, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 140/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 315/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 140/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Califórnia, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Califórnia, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 141/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 318/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO TENENTE, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 141/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Campo Tenente, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, e o Grupo Escolar Coronel Alfredo de Almeida, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 142/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 322/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CORBÉLIA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 142/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Corbélia, objetivando a execução de obras de reparos em prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Amâncio Moro, o Grupo Escolar Castro Alves, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 143/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 324/77 - aprova o termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ouvidor Pires Pardinho, naquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução No. 143/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Faxinal, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ouvidor Pires Pardinho, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 144/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 322/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 144/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaraniaçu, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 145/77

Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 331/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 145/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Iretama, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Iretama e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 146/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 334/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IVAÍ, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 146/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ivaí, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funciona, o Ginásio Estadual de Ivaí e o Grupo Escolar São Roque, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução Número 147/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 335/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IVAIPORÃ, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais do município acima referido e da cidade de ALTO PORÃ. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 147/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ivaiporã, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Barbosa Ferraz, da cidade de Ivaiporã, e o Grupo Escolar José de Mattos Leão do Distrito de Alto Porã.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 148/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 336/77 - aprova o termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município

de IVATUBA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 148/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ivatuba, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Clóvis Beviláquia e o Grupo Escolar Afrânio Peixoto, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 149/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 338/77 - aprova o termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 149/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jundiá do Sul, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Secundária Professor Cleto da Silva, e a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 150/77, Mensagem No. 62/77 — ex-Proposição No. 340/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LAPA, objetivando reparos em próprios estaduais que específica, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 150/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município da Lapa, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Dr. Manoel Pedro, o Posto da Unidade Sanitária, e o Posto de Puericultura Dr. Aluísio Leoni, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 151/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 341/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LOANDA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais

naquele município.— APROVADO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Redação Final do Projeto de Resolução Número 151/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Loanda, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Guilherme de Almeida, e a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 152/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 342/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 152/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandaguçu, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilda Belani, o Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, e o Posto de Puericultura, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 153/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 343/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 153/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar São Roque, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 162/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 362/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de RIO AZUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 162/77

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 08 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rio Azul, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Afonso Alves de Camargo, o Ginásio Estadual Dr. Chafic Cury, a Delegacia de Polícia e em 20 (vinte) Casas Escolares na Zona Rural.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 163/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 363/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 163/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Salto do Lontra, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Jorge de Lima, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 164/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 367/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA MARIANA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 164/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Agrícola Gerlando Costa, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 182/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 308/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 182/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Andirá, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Michel Kairalla, da Vila Santa Inês, Ana Neri, Stella Maris, e o Colégio Estadual Barbosa Ferraz, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 201/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição 370/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de São Jorge do Oeste, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 210/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de São Jorge do Oeste, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 216/77, Mensagem No. 48/77, ex-Proposição No. 230/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de PÉROLA, objetivando transferência de recursos conforme específica, para aplicação na área da Educação Física e Desportos no referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 216/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Pérola, objetivando a transferência de recursos oriundos de Convênio firmado em 06/04/76, com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos, no referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução Número 224/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 337/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUARIAIVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Hospital Carolina Lupion, na sede daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 224/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jaguariaiva, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Hospital Carolina Lupion, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 225/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 339/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JUSSARA, objetivando a execução de reparos em prédios do Estado, naquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 225/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jussara, objetivando a execução de obras de reparos em prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Américo Carlos Cariani, e o Grupo Escolar Senador Moraes de Barros, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 226/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 346/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARUMBI, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual JOAQUIM TÁVORA DA SILVA XAVIER, daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 226/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARUMBI, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Joaquim José da Silva Xavier, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 227/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 366/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA ISABEL DO OESTE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Barão do Rio Branco e a Unidade Sanitária da sede daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 227/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Barão do Rio Branco e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 20. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Tuma, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Adriano Correia, ocorrido na cidade de Apucarana.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Gertrudes Fiorilo Rolim, ocorrido na cidade de Castro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Delmira de Jesus Santos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo lançamento da revista "Vamos Ver".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, consubstanciado em pedido de informações amplas de todos os itens e acordos integrantes do convênio referido, que fizeram entre si, a TELEPAR e a empresa que está executando tal serviço.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de regozijo com o jornal "Gazeta do Povo" e de congratulações com o jornalista Emir Sfair, pela publicação da reportagem "Paraná, 30 anos da história política".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto e congratulações à Secretaria Especial do Meio Ambiente, pelo trabalho que vem desenvolvendo no combate à poluição.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Conselho Monetário Nacional, bem como ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, consubstanciado em apelo, no sentido de que se abrevie a autorização e instalação da Caixa Econômica Federal, na cidade de Jandaia do Sul. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Delegado Arlindo Godoy, pela brilhante atuação como Delegado de Polícia, durante meio século.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Deixou a Polícia", publicada no jornal "Gazeta do Povo".— APROVADO.— (O artigo acha-se publicado no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a atenção especial, para o rumoroso caso do assassinato do jornalista Amandio Mathias, ocorrido na cidade de Cianorte.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, com o apoio de 18 Srs. Deputados, lido da tribuna,

solicitando seja constituída uma Comissão Especial integrada por cinco Srs. Deputados, respeitada a proporcionalidade partidária, para, no prazo de 30 dias a contar de sua instalação colher informações que se fizerem necessárias com o objetivo de esclarecer a verdade e, se for o caso, apurar as irregularidades, que culminaram com a morte do lavrador Mathias Jaworski, atirado por componentes da Polícia Militar do Estado.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lembra aos Srs. Deputados que depois de amanhã, dia 31, realizará sessão conjunta com a presença de 30 Srs. Deputados do Estado de Goiás.

Volto a encarecer dos eminentes Srs. Deputados Trajano Bastos de Oliveira e Gilberto Carvalho, a designação de oradores que representarão as duas bancadas para falarem na recepção aos Deputados goianos.

A Presidência lembra também, que designou para as 14,30 horas a sessão do dia 01, alusiva às comemorações da Semana da Pátria, encarecendo às lideranças a indicação de oradores das duas bancadas para falarem na oportunidade.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Com respeito à sessão conjunta que será realizada dia 31, falará em nome do MDB, seu líder. Para a sessão do dia 01, falará em nome da bancada do MDB, o eminente Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência anota e fará com que no programa roteiro de visitas da Comissão de Integração Parlamentar do Estado de Goiás, já conste o nome do Sr. Deputado, e, aguarda que a Liderança da ARENA assim proceda.

A Presidência deve também informar aos Srs. Deputados, que, participou, no último fim-de-semana, em S. Paulo, de uma reunião da qual participaram 15 Srs. Deputados Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil; estiveram presentes os Srs. Presidentes das Assembléias Legislativas de S. Paulo, Rio de Janeiro, R. Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Sergipe, Maranhão, R. G. do Norte, Piauí e Paraíba.

Na oportunidade, foram passados em revista assuntos de interesse das Casas Legislativas Estaduais.

Na mesma oportunidade foi eleita a 1a. Diretoria da Associação dos Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil com sede em São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução Números 10/75, 69/77, 181, 208, 210, 215, 217, 221, 27 e 28/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Nos. 154, 155, 156, 157, 158, 169 e 161/77, marcando ainda uma sessão extraordinária para terça-feira, dia 30, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 211/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS DO DIA 29/08/77

Portaria Número 645/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8335, de 25 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula No. 084, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 646/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5840, de 16 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula No. 256, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 01 de novembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 647/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8116, de 19 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a Portaria No. 310/77, na parte que se refere a designação das funcionária MARIA MANUELA BRANCO BRUSAMOLIN, prestando serviços no Gabinete do Deputado Edilson Alencar, do MDB; e,

II - revogar a Portaria No. 361/77, que autorizou a referida funcionária a prestar serviço extraordinário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 648/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8115, de 19 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria No. 310/77, na parte que se refere a designação do funcionária JOÃO MARIA DE FREITAS; e,

II — revogar a Portaria No. 461/77, na parte que designou o referido funcionário a prestar serviço extraordinário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 649/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8334, de 25 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula No. 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de agosto de 1977, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 650/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8158, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, da funcionária TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula No. 135, ocupante do cargo de nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 651/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8132, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, da funcionária SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula No. 446, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS DO DIA 29/08/77

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 577/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6893, de 13 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei No. 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula No. 422, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo e seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 11 de março de 1969 e 11 de janeiro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1966, 1968, 1969 e 1972, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei, a partir de 11 de janeiro de 1.977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes ao ano de 1975, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de agosto de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 578/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7378, de 02 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a IZABEL FREITAS, matrícula No. 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 01 de agosto de 1977, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 579/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7377, de 02 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula No. 189, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 07 de novembro de 1976, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 171, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 580/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6866, de 13 de julho de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula No. 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle das Dotações, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 581/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7594, de 04 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a JOANNA DE BIASSIO DA CUNHA, matrícula 0443, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de janeiro de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 582/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6911, de 14 de julho de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de JAHIR DALAGASSA, matrícula 075, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 19 de setembro de 1972 a 19 de julho de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei No. 6174, a partir de 28 de janeiro de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 583/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7896, de 12 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

atribuir ao funcionário RUY DA FONSECA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, Função Gratificada 5-F, de Motorista do Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de dezembro de 1.977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO REALIZADA EM 29/08/77.—

"DEIXOU A POLÍCIA

Osman de Oliveira

Ao completar setenta anos de idade e cinquenta de atividades policiais, o Delegado ARLINDO GODOY foi abandonado pela função pública.

A compulsoriedade que o atingiu obrigou-o a aposentadoria que não desejava, não pretendia e nem queria, mas que teve de pedi-la e de aceitá-la.

Durante toda a existência ARLINDO GODOY dedicou-se com amor e carinho à sua profissão e ao contrário dos grandes soldados que relembram batalhas e comandos ele se recorda, apenas, das prisões que efetuou em favor da sociedade e das pessoas que levou aos cárceres. A vida dos delegados é feita dos riscos e das recordações, pois, se os acusados lembram-se dos seus nomes nem sempre os outros invocam-lhes os feitos.

A sociedade é meio insensível. A sociedade, às vezes, é uma espécie de mulher mercenária que recebe o que lhe pagam pelos serviços que presta.

Eu me recordo dos primeiros encontros que tive com ARLINDO GODOY. Eu deveria ser, aí pelos idos de 1.948, "foca", do jornal "O Dia".

Depois de atuar na "Gazeta do Povo", "Diário da Tarde", e algumas

rádios, reportando acontecimentos policiais e nos quais aquele homem da segurança pública estava sempre à frente: ingressei definitivamente na advocacia. Foi aí, então, que conheci, na realidade, ARLINDO GODOY, pois, enquanto ele queria prender, eu queria soltar. Essa era a luta comum. Por causa disso eu e ele tivemos entreveros pesadíssimos. Mas um e outro sempre se respeitou. E — e isto é interessante lembrar — quando as coisas se agitavam e quando alguns procuravam jogar “lenha na fogueira”, ARLINDO GODOY era o primeiro a procurar contornar as situações estendendo a sua mão e mostrando que no seu gesto havia consideração.

ARLINDO GODOY, assim como Miguel Zacarias, Ladislau Bukowski Filho, Otácio Monastier, Ricardo Taborda Ribas, Ruy Rebelo Vieira e Muranda Assy, nomes que lembro ao correr da máquina e na pressa natural de escrever um artigo assinado para jornal de circulação diária, tem o sangue de policial nas veias.

Disse por isso que ele “foi” abandonado pelo cargo, pois, em caso contrário, morreria nas funções que exerceu com dignidade e altivez.

Quer ver o leitor como são esses policiais antigos?

— É só voltar as vistas para dentro do Instituto de Polícia Técnica. O seu Diretor, um outro Arlindo, porém Blume, aposentou-se. Mas, nunca deixou de comparecer aos expedientes normais daquele órgão e hoje, ainda, o preside com tanto amor e carinho que a gente chega a confundir a pessoa com a entidade.

Duvido, sinceramente, que ARLINDO GODOY recolha-se à criação de cães pastores ou que passe à pescaria. Dentro de mais alguns dias, tenho certeza, estará ele em algum cargo de assessoramento policial. E se o Estado assim o permitir ganhará, por certo, a experiência e a dedicação de quem durante meio século trabalhou pela segurança Pública”.